

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS TELÊMACO BORBA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CAMPUS TELÊMACO BORBA
2022-2024**

**Telêmaco Borba
2022**

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | Campus Telêmaco Borba

Rodovia PR 160 - km 19,5 - Jardim Bandeirantes - Telêmaco Borba PR | Fone: (42) 3221-3000

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor *Pró-Tempore*

Odacir Antônio Zanatta

Diretora Geral do Campus

Rafael Poltronieri

Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão

Leandro Roberto Baran

Diretor de Planejamento e Administração

Rubens Felipe Ribeiro

Comissão de Elaboração

Carla Cristina Gaia dos Santos

Katrym Aline Bordinhão dos Santos

Leandro Roberto Baran

Mariana Ciminelli Maranhão

Priscila Godoy

Rubens Felipe Ribeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 ATO SITUACIONAL	5
1.1 Caracterização de Telêmaco Borba e Região	5
1.2 Caracterização do Campus Telêmaco Borba	15
1.2.1 Breve Histórico	15
1.2.2 Estudantes	20
1.2.4 Servidores/Colaboradores e Estrutura Organizacional	23
1.2.5 Estrutura Física	25
1.2.6 Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	27
1.2.7 Gestão Democrática	29
1.2.8 Políticas de acompanhamento e capacitação de servidores	32
2 ATO CONCEITUAL	33
2.1 Inserção Regional, limitações e desafios como “agente de transformações sociais”	36
2.2 As particularidades do Campus Telêmaco Borba diante das concepções que norteiam os Institutos Federais	38
2.1.1 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	39
2.1.2 Concepção de Educação Inclusiva	42
2.1.3 Inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas	42
2.1.4 Outras frentes de atuação na perspectiva inclusiva	47
2.1.5 Currículo dos Cursos: Formação Inicial e Continuada, Ensino Médio Integrado, Tecnologias, Licenciaturas e Pós-graduação	48
2.1.6 Concepção de Avaliação da Aprendizagem	49
2.1.7 Concepção de Inovação	53
2.1.8 Políticas de Acesso, Permanência e Êxito	54
2.1.8.1 Acesso ao Campus: formas de ingresso aos cursos e grupos prioritários	54
2.1.8.2 Ações que visam a permanência: a assistência estudantil, o acompanhamento do desenvolvimento escolar e ações de combate à evasão	57
3 ATO OPERACIONAL	65
3.1 Dimensão: Ensino, pesquisa e extensão	65
3.2 Dimensão: Administração	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	73

APRESENTAÇÃO

A atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) do *campus* teve início em 2019 com a proposição de uma comissão constituída por servidores que demonstraram interesse nessa elaboração, após convite estendido a todos iniciamos as reflexões e diálogos que não resultaram na concretização do documento, visto que estava em fase de transição de uma gestão para outra e a comissão considerou importante finalizar a atualização em 2020, na nova gestão. Entretanto, logo no início de 2020 a pandemia mudou a vida e a rotina de todos, naquele momento a prioridade passou a ser a saúde de todos e não foi possível dar continuidade ao trabalho. Agora, em 2022, retomamos nossas atividades presenciais normais e retomamos também as discussões e reflexões sobre o PPP que resultaram na concretização deste documento que revela o IFPR Campus Telêmaco neste momento.

O Projeto Político Pedagógico é um documento “vivo”, que deve retratar a instituição como ela realmente é, e os projetos que representam como ela deveria ser para cumprir sua missão institucional, de modo que o movimento de discussão e debate coletivos sobre a identidade do IFPR sejam priorizados. Destaca-se a importância do processo de construção do documento e das reflexões propiciadas possivelmente mais significativas do que o documento final consolidado.

A elaboração coletiva, que prioriza a participação dos integrantes da comunidade escolar, é inerente à composição de um Projeto Político Pedagógico. Justifica-se, assim, a escolha pela realização via comissão (com adesão voluntária), que se responsabilize por levar as discussões e as reflexões para os demais integrantes da comunidade escolar (docentes, técnicos, estudantes, famílias e comunidade). A partir dessa construção coletiva, organizou-se o texto nos atos situacional, conceitual e operacional, que definem nossa instituição escolar.

No **ato situacional** retrata-se a escola no presente momento. Apresenta-se a caracterização do município de Telêmaco Borba em seus aspectos demográficos, econômicos, sociais e educacionais. Em seguida, resgata-se o histórico do *campus* Telêmaco Borba e são apresentados os dados sobre cursos, servidores, estudantes, estrutura e ações relacionadas a ensino, pesquisa e extensão no momento atual.

No **ato conceitual** resgata-se a missão e os valores institucionais e procura-se representar a visão da instituição sobre a educação, o estudante que se quer formar e o que deve ser priorizado no cenário da educação brasileira.

Por fim, no **ato operacional** são apresentadas as limitações do *campus* e indica-se o que é necessário operacionalizar para que a instituição avance no sentido de cumprir sua missão e valores institucionais.

1 ATO SITUACIONAL

1.1 Caracterização de Telêmaco Borba e Região

Telêmaco Borba é um município paranaense localizado no centro-leste do Estado. Foi emancipado do município de Tibagi em 21 de março de 1964. A microrregião, de acordo com o IBGE (2018), compreende os municípios de Imbaú, Ortigueira, Reserva, Tibagi e Ventania.

O município, “criado em função da instalação da empresa Klabin, nasceu primeiro a empresa e depois a cidade” (GALVÃO, 2003, p. 13), possuía em 2022 população estimada de 80.588 habitantes (IBGE, 2021) e, diferentemente dos demais municípios da microrregião, predominava a população residente em área urbana. Enquanto na média estadual a taxa de urbanização era de 85,33%, em Telêmaco Borba atingia 97,95% (Tabela 01). Essa elevada proporção de população urbana está muito associada ao perfil produtivo do município, cuja economia gira em torno da produção de celulose/papel e atividades florestais, representada por uma empresa de grande porte na área — Klabin S/A — que responde, de forma direta e indireta, por 50% das receitas municipais (KÖNIG, 2011). Já os demais municípios têm sua base econômica centrada fortemente em atividades agropecuárias e da silvicultura.

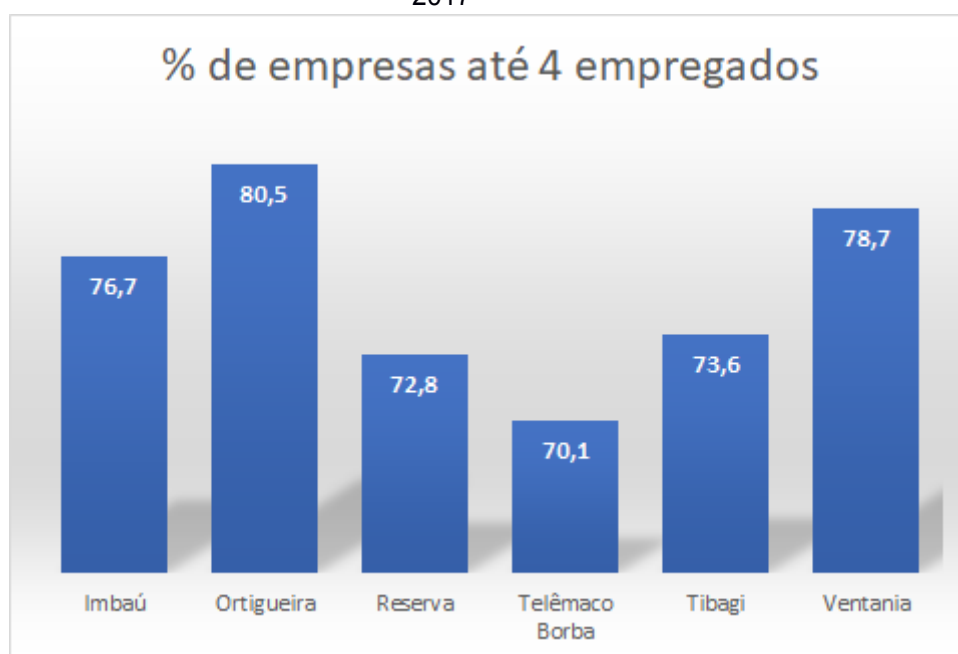
Tabela 01 - População residente total, por municípios selecionados, Paraná e Brasil - 2010.

Localidade	População
Brasil	213.317.639
Paraná	11.597.484
Imbaú	13.449
Ortigueira	21.783
Reserva	26.933
Telêmaco Borba	80.588
Tibagi	20.688
Ventania	12.267

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS¹, do Ministério do Trabalho, em 2017 o município contava com 1480 empresas atuantes em Telêmaco Borba, número muito superior ao de empresas presentes nos demais municípios da região, havendo diferença muito significativa dos demais municípios da região comparativamente a Telêmaco Borba, que respondia por 41,3% do total regional. Entre estas empresas, predominam aquelas de pequeno porte (até 4 empregados) em todos os municípios (Figura 01), mas com participação relativamente menor em Telêmaco Borba (70,1%), indicando uma economia mais estruturada, assim como seu mercado de trabalho.

Figura 01: Proporção de empresas com até 4 empregados em municípios escolhidos do Paraná - 2017



Fonte: Ministério do Trabalho (MTE) - RAIS (2017)

Apesar da importância das pequenas empresas nas economias locais, são as de maior porte que respondem por grande parte dos empregos gerados. O mercado de trabalho de Telêmaco Borba é significativamente mais elevado no contexto regional, havendo 20.107 empregos formais (com carteira assinada e servidores públicos) em 2017, ao passo que o conjunto dos demais municípios

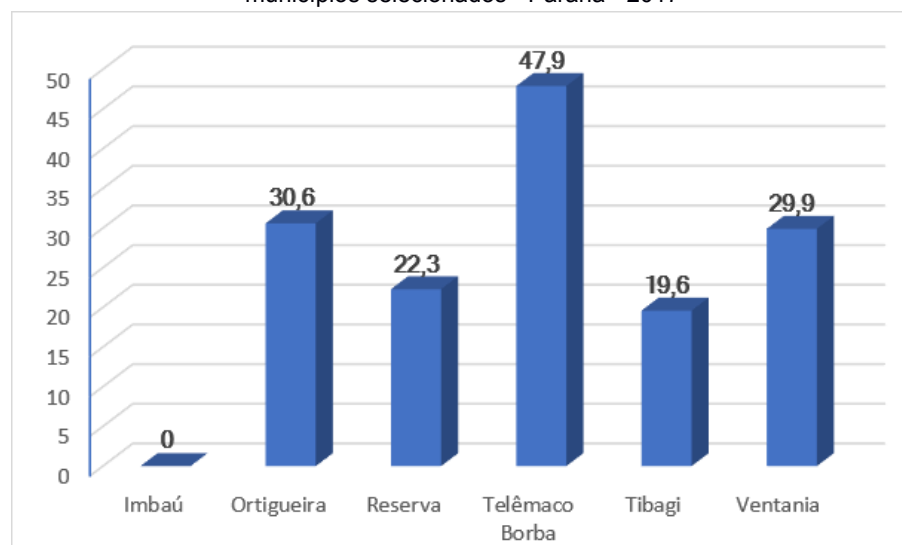
¹ A RAIS abrange os empregos com carteira de trabalho assinada e servidores públicos gerados no município. Diferentemente do Censo Demográfico, do IBGE, independe do local de moradia do trabalhador. Refere-se ao local onde os empregos são gerados.

totalizava 13.097. Ou seja, Telêmaco Borba respondia em 2017 por 60,6% dos empregos gerados na região.

Considerando os postos gerados segundo o tamanho do estabelecimento, Telêmaco Borba apresentava a menor proporção de empregos em empresas com até 4 empregados. Contrariamente, entre as empresas com 500 ou mais empregados, Telêmaco Borba destacava-se entre os demais municípios, sendo que, neste, 47,9% dos empregos gerados estavam nesta categoria de empresas.

A presença de algumas poucas empresas de grande porte nesses municípios responde de forma bastante importante pela sua dinâmica econômica e do mercado de trabalho. Na categoria de estabelecimento com 500 ou mais empregados, em Telêmaco Borba havia quatro empresas, enquanto nos demais municípios havia apenas uma empresa, sendo que no caso de Ortigueira, também uma unidade fabril do grupo Klabin.

Figura 02: Participação percentual de empregos gerados em estabelecimentos com 500 ou mais empregados em municípios selecionados - Paraná - 2017

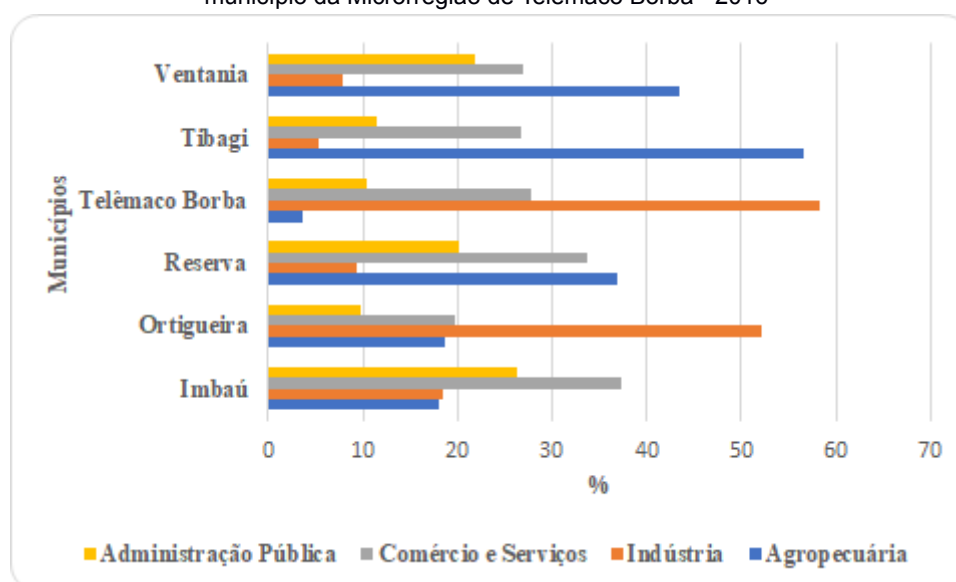


Fonte: Ministério do Trabalho (MTE) - RAIS (2017)

A estrutura produtiva dos municípios da região é bem diversa. Reserva, Tibagi e Ventania apresentam uma atividade agropecuária bem dinâmica, assentada principalmente na cultura de milho e soja, destacando-se esse setor na dinâmica econômica local (figura 03). Já o município de Imbaú apresenta uma atividade agropecuária modesta, tendo sua economia assentada no comércio e prestação de

serviços, principalmente quando se considera a sua localização às margens da BR-376.

Figura 03: Participação percentual do Valor Adicionado Bruto - VAB, segundo os setores produtivos, por município da Microrregião de Telêmaco Borba - 2016



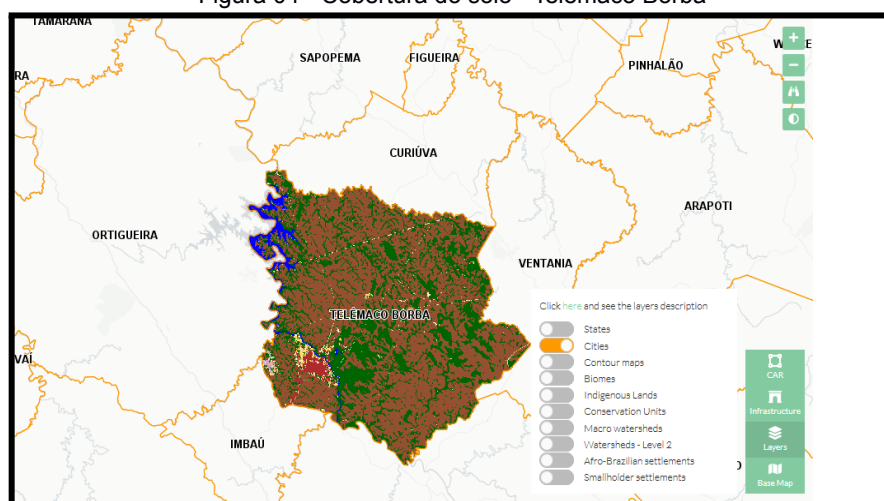
Fonte: IPARDES (2019)

Ortigueira, a partir da presença da Klabin em seu território, passou a ter na indústria a principal atividade econômica na geração do Valor Adicionado Bruto - VAB², acompanhando o comportamento de Telêmaco Borba, apesar de ainda apresentar reduzida interação entre a economia local e a presença dessa unidade produtiva. A atividade agropecuária, baseada em pequenos produtores, é importante fonte de geração de emprego e movimentação da economia local.

Já no caso de Telêmaco Borba, a atividade agropecuária é de pequena dimensão, representando apenas 3,6% do VAB. É a atividade industrial que movimenta a economia local, com um parque industrial fortemente associada à produção madeireira e à presença da Klabin no município, que, assim como as demais indústrias madeireiras, tem rebatimentos no uso e ocupação do solo, conforme a Figuras 04 e 05 a seguir.

² VAB é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto - PIB pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

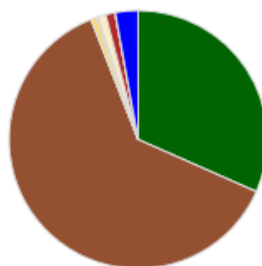
Figura 04 - Cobertura do solo - Telêmaco Borba



Fonte: MapBiomias (2018)

A figura 05 exibe áreas destacadas em marrom, que correspondem às florestas plantadas, e, em seguida, as áreas em verde, que correspondem à formação florestal. Conforme o MapBiomias³, em 2018 havia 86.342 ha de florestas plantadas e 43.731 ha correspondentes à formação florestal.

Figura 05: Distribuição da cobertura do solo em Telêmaco Borba - 2018.



Fonte: MapBiomias, 2018.

Acompanhando as características do processo produtivo em Telêmaco Borba, o município assiste sistematicamente a ondas migratórias de trabalhadores em busca de oportunidades de emprego. Exemplo, nesse sentido, ocorreu em 2015, com a instalação da nova fábrica da Klabin no município de Ortigueira, estimando-se a permanência temporária de 12,5 mil trabalhadores na região (BREMBATTI, 2015).

³ MapBiomias - coverage - disponível em: <<http://plataforma.mapbiomas.org/map#coverage>>. Acesso em: 23 set. 2019.

Os reflexos desses movimentos populacionais e das desigualdades que muitas vezes acompanham os processos de crescimento econômico em bases industriais podem ser sentidos pela comunidade através de elevação dos preços relativos, aumento da violência, maior desigualdade de renda e dificuldade em absorção dos trabalhadores locais. O processo de uso e ocupação do solo tem atendido sobremaneira as demandas do setor produtivo, havendo relativamente baixa disponibilidade de território para ocupação urbana, levando em determinados momentos à elevação dos preços dos imóveis, comprometendo a qualidade de vida da população mais vulnerável. De um total de 1.382,86 km² do território, apenas 28,33 km² (1,62%) são destinados à área urbana (IBGE, 2017).

Telêmaco Borba consta como a 72^a colocada no ranking nacional de homicídios de jovens por arma de fogo e 11^a colocada na listagem paranaense (TAISELISZ, 2015). Também figura como o 39^o município no ranking nacional em relação à violência contra a mulher (ANIBAL, 2012).

Em agosto de 2019, segundo o Ministério da Cidadania - Relatório de Informações Sociais, 1.713 famílias foram beneficiadas pelo programa Bolsa-Família. Entre aquelas famílias inscritas no Cadastro Único em julho de 2019, a mesma fonte de informações apontava a existência de 1.246 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 89,00; 948 com renda familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 2.298 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; e 1.414 famílias com renda per capita familiar acima de meio salário mínimo.

O Índice de Desenvolvimento Humano⁴ dos municípios (IDHM) é composto por três componentes: renda, longevidade e educação. Conforme demonstrado na Tabela 2, com exceção de Telêmaco Borba, os demais municípios apresentavam IDHM (2010) de 0,609 a 0,664, considerados medianos, estando abaixo dos índices nacionais e paranaenses. Vale ressaltar que, no ano 2000, esses municípios

⁴ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considera três dimensões básicas: renda, educação e saúde. São mensurados por meio dos índices de expectativa de vida (longevidade), acesso à educação (média de anos de educação de adultos, expectativas de anos de escolaridade, padrões de matrículas específicas por idade) e o padrão de vida (renda). As faixas de desenvolvimento humano são: muito alto (0,800 a 1,000); alto (0,700 a 0,799); médio (0,600 a 0,699); baixo (0,500 a 0,599); e muito baixo (0,000 a 0,499) (PNUD, 2016b).

apresentavam IDHM considerados muito baixos e baixos, sendo o de Ortigueira um dos mais baixos do Paraná.

Tabela 2 – Distribuição do IDHM e seus componentes renda, longevidade e educação, por município da microrregião de Telêmaco Borba, Paraná e Brasil - 2010.

Lugar	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Paraná	0,749	0,757	0,830	0,668
Imbaú (PR)	0,622	0,636	0,785	0,481
Ortigueira (PR)	0,609	0,632	0,811	0,441
Reserva (PR)	0,618	0,650	0,786	0,461
Telêmaco Borba (PR)	0,734	0,726	0,828	0,657
Tibagi (PR)	0,664	0,678	0,832	0,519
Ventania (PR)	0,650	0,633	0,798	0,543

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> (PNUD, 2016).

Apesar do aumento no IDHM em 2010 para o componente Educação, constata-se que esses municípios estão abaixo da média nacional e paranaense, com índices considerados muito baixos (Imbaú, Ortigueira, Reserva) e baixos (Tibagi e Ventania). Apenas Telêmaco Borba apresenta um índice considerado mediano, mas ainda inferior à média estadual. Em função da reduzida dimensão demográfica desses municípios, a maior parte da educação está inserida na esfera pública, dependendo fortemente de investimentos públicos.

Considerando a relação entre escolaridade, a inserção no mercado de trabalho e a renda conseqüentemente auferida, as informações do Atlas do Desenvolvimento Humano sinalizam a baixa escolaridade da população trabalhadora, conforme a Tabela 03.

Tabela 3 - Percentual de habitantes acima de 18 anos, trabalhadores, por grau de instrução, em municípios selecionados, Paraná e Brasil - 2010.

Local	% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais (2010)
Brasil	44,91	13,19
Paraná	44,90	14,48
Imbaú (PR)	18,38	3,64
Ortigueira (PR)	15,28	4,53
Reserva (PR)	20,56	5,04
Telêmaco Borba (PR)	46,7	11,57
Tibagi (PR)	25,33	6,22
Ventania (PR)	28,6	5,2

Fonte: elaboração própria com base nas informações do <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> (PNUD, 2016)

Esses índices reforçam a relevância da proposição de cursos técnicos articulados ao Ensino Médio e também a proposição de cursos em nível superior. Além disso, a chegada recente de mais uma unidade industrial da Klabin e o início das obras para sua ampliação em Ortigueira apontam a importância para incremento da oferta de vagas em nível médio e superior para que esses novos investimentos efetivamente se transformem em ferramentas em prol do desenvolvimento local.

As informações da RAIS reforçam a importância da qualificação de mão de obra em nível médio e técnico associada à atividade industrial em Telêmaco Borba. Ocupações como Extrativistas Florestais (1.123 empregos em 2017), Trabalhadores da Mecanização Florestal (923 empregos), Trabalhadores da Preparação da Madeira (304 empregos), Trabalhadores da Transformação da Madeira (389 empregos), Alimentadores da Produção (885 empregos), Supervisores da Fabricação de Celulose e Papel (136 empregos), Trabalhadores da Preparação de Pasta de Papel (208 empregos) e Trabalhadores da Fabricação de Papel (508 empregos) conformam um mercado de trabalho muito específico para atender a demanda do seu parque fabril.

Atividades associadas, como é o caso daquelas referentes à logística, também são muito importantes na contratação dos 20 mil trabalhadores no

município. Nesse sentido, somente a ocupação de Condutores de Veículos e Operadores de Equipamentos respondia naquele ano por 1.938 empregos em Telêmaco Borba.

Além dessas atividades, cabe ressaltar a importância das administrativas, nos diversos níveis de qualificação. Nesse sentido, a ocupação de Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos respondia por 1.449 empregos, sendo que Escriturários de Controle de Materiais com 565 empregos e Vendedores e Demonstradores a 1.177. O crescimento da cidade e de sua infraestrutura, assim como de atividades associadas, geram essa elevada demanda por ocupações ligadas às funções administrativas e também de serviços.

Outro índice relevante relacionado à educação e à população adulta refere-se à taxa de analfabetismo, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 – Taxa de analfabetismo entre maiores de 18 anos, por município da microrregião de Telêmaco Borba, Paraná e Brasil - 2010

Município	Taxa de Analfabetismo (%)
Brasil	10,19
Paraná	6,69
Imbaú (PR)	17,68
Ortigueira (PR)	19,84
Reserva (PR)	16,01
Telêmaco Borba (PR)	7,83
Tibagi (PR)	13,13
Ventania (PR)	16,14

Fonte: elaboração própria com base nas informações do <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> (PNUD, 2016).

Os dados indicam que, com exceção de Telêmaco Borba, os demais municípios apresentavam, em 2010, taxa de analfabetismo acima da média nacional, que era de 10,19%, o que reafirma a necessidade de ações que promovam o desenvolvimento da educação na região. Esse elevado índice de analfabetismo pode estar associado ao menor grau de urbanização nos demais municípios em relação a Telêmaco Borba.

Na tabela 5 são apresentadas informações específicas sobre o quantitativo de matrículas do município de Telêmaco Borba, por etapa de ensino, em 2018. Destaca-se o baixo número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Ensino Superior. Além disso, a cidade se destaca por concentrar regionalmente a maior parte do número de matrículas na educação profissional (96,8%), no ensino superior presencial (100%) e à distância (90,7%), denotando o seu papel em nível regional na capacitação dos trabalhadores.

Tabela 5 - Número de matrículas por etapa de ensino, em Telêmaco Borba - 2018.

Telêmaco Borba	Creche	Pré-escol a	Ensino Fundame ntal	Ensino Médio	Educação Profissio nal	EJA	Superior presencia l'	Superior à distância'
Total	1.055	2.158	10.282	2.820	1.414	1.358	1.395	1.670
Total da região	2.265	4.908	25.923	7.345	1.460	1.957	1.395	1.842

Fonte: IPARDES (2018). *Dados referentes a 2017.*

Em relação à oferta de Educação Profissional, a Microrregião de Telêmaco Borba conta apenas com três instituições públicas: o IFPR, o Colégio Estadual Wolf Klabin e o Colégio Estadual Jardim Alegre, todas localizadas no município de Telêmaco Borba.

Já o Ensino Superior presencial na esfera pública é ofertado apenas pelo IFPR e um polo avançado da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Mesmo na rede privada, as oportunidades são escassas, restringindo-se à atuação na modalidade presencial à Faculdade de Telêmaco Borba (FATEB) e ao SENAI.

Na oferta de Educação à Distância, as instituições UNINTER, UNIGRAN, UNIASSELVI, UNICESUMAR, POSITIVO, UNICENTRO, UEPG e UNASP dispõem de polos presenciais no município.

Como o público-alvo dos Institutos Federais é a população jovem, apresenta-se, a seguir, informações do IBGE para compreender os índices relacionados a esse público específico. Com base nos dados censitários de 2010 (IBGE, 2015) e na estimativa demográfica do mesmo órgão para 2018, estimou-se a população jovem do Município de Telêmaco Borba para o ano de 2018, possibilitando, assim, a comparação com o número de matrículas efetivamente

realizadas. Estima-se a existência de 6.652 jovens na faixa de 15-19 anos, idade esperada para que um jovem realize o Ensino Médio e/ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e 7.964 jovens na faixa de 18-23 anos, idade esperada para a realização de cursos de Nível Superior.

Ao relacionar os dados do IBGE e de Matrículas pode-se ter a dimensão de quantos jovens não têm acesso ao Ensino Médio, Educação Profissional e Ensino Superior. Nesse sentido, entre as pessoas residentes entre 15 e 19 anos em Telêmaco Borba, conforme estimativa anterior, 63,65% estariam cursando o ensino médio, enquanto dentre os residentes neste município entre 18 e 23 anos, 38,48% estariam cursando o ensino superior, presencial ou à distância.

Para essa estimativa, considerou-se a situação hipotética de que o estudante não teve interrupções em sua escolarização. Dessa forma, o acesso do público jovem pode ser ainda mais restrito, uma vez que a vivência prática e estudos sobre o ensino médio indicam o quanto há defasagem entre idade e série. Seguindo a tendência dos demais índices, provavelmente a inserção de jovens nas demais cidades da microrregião seja ainda menor.

Essas informações reiteram a pertinência da inserção de um Instituto Federal em Telêmaco Borba e que configure sua atuação não somente no próprio município, mas em toda a microrregião.

1.2 Caracterização do Campus Telêmaco Borba

1.2.1 Breve Histórico

Não há como definir o IFPR sem antes fazer um breve resgate de seu histórico. O Campus tem seu início com a adesão do Município de Telêmaco Borba à chamada pública MEC/SETEC 001/2007 responsável pela expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O documento indicou Telêmaco Borba como município prioritário para contemplar uma unidade do Instituto Federal, por estar inserido em uma região de escassez na oferta de Educação Profissional pública e gratuita.

De acordo com a chamada pública, o município sinalizado poderia receber um Instituto Federal desde que cedesse um terreno em contrapartida para sediar

suas instalações. O Município de Telêmaco Borba cedeu o terreno e uma construção que mais adiante seria reformada para se constituir em um bloco de laboratórios.

A construção do Bloco Didático do *campus* teve início no ano de 2009. As atividades de ensino, pesquisa e extensão iniciaram-se em março de 2010, contando apenas com alguns servidores e professores que vinham do Campus Curitiba, que já havia sido implantado por ter sua origem na escola técnica da UFPR.

Os projetos pedagógicos dos cursos também seguiram a tendência dos cursos já ofertados no Campus Curitiba. Nesse período, havia a indicação de que os *campi* iniciaram a oferta com cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), na forma subsequente e concomitante⁵.

Somente em agosto de 2010 o *campus* passou a ter seus próprios servidores técnicos-administrativos e docentes. Os cursos ofertados vieram de 4 eixos tecnológicos distintos⁶: Controle e Processos Industriais, Recursos Naturais, Informação e Comunicação e Produção Cultural e Design. Cronologicamente o Campus fez a oferta dos cursos, conforme descrição do Quadro 05:

Quadro 05 - Oferta de cursos no Campus Telêmaco Borba no período 2010-2022.

Ano	Forma da EPTNM/superior	Curso	Turno	Nº de Vagas	Duração
2010	Subs.	Eletromecânica	Noite	40	2 anos
	Subs	Florestas	Manhã	40	2 anos
	Subs	Programação de Jogos Digitais	Noite	40	2 anos
	Subs	Informática	Manhã	40	2 anos
	Subs	Eletromecânica	Noite	40	2 anos

⁵ “A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio: **I - a articulada** é desenvolvida nas seguintes formas: a) **integrada**, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; b) **concomitante**, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino; c) **concomitante na forma**, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado; **II - a subsequente**, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio”. (BRASIL, 2012a, p.03, grifos nossos).

⁶ Os eixos tecnológicos são as grandes áreas convencionadas no documento Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, nas quais cada curso é categorizado (BRASIL, 2014b)

2011	Subs	Design de Móveis	Noite	40	2 anos
	Subs	Programação de Jogos Digitais	Noite	40	2 anos
	Subs/Conc	Florestas	Manhã	40	2 anos
	Subs/Conc	Agroecologia**	Alternância**	40	2 anos
	Subs/Conc	Informática	Tarde	40	1 ano e meio
2012	Integrado	Florestas	Integral*	40	3 anos
	Integrado	Mecânica	Integral*	40	3 anos
	Subs	Design de Móveis	Noite	40	1 ano e meio
	Subs	Eletromecânica	Noite	40	2 anos
	Subs	Informática para Internet	Noite	40	1 ano e meio
	Subs	Programação de Jogos Digitais	Noite	40	1 ano e meio
2013	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	3 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	30	3 anos
	Subs	Eletromecânica	Noite	40	2 anos
	Subs	Informática para Internet	Noite	40	1 ano e meio
2014	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Subsequente	Eletromecânica	Noite	70	2 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
2015	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Subsequente	Eletromecânica	Noite	70	2 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Automação Industrial	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noite	40	4 anos
	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos

2016	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	80	4 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Automação Industrial	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noite	40	4 anos
2017	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Automação Industrial	Noite	40	3 anos
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noite	40	3 anos
2018	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Programação de Jogos Digitais	Manhã/Tarde	40	4 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Automação Industrial	Noite	40	3 anos
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noite	40	3 anos
2019	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	80	4 anos
	Integrado	Programação de Jogos Digitais	Manhã/Tarde	40	4 anos
	Bacharelado	Engenharia Elétrica	Integral	40	5 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Automação Industrial	Noite	40	3 anos

	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noite	40	3 anos
2020	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	80	4 anos
	Integrado	Programação de Jogos Digitais	Manhã/Tarde	40	4 anos
	Bacharelado	Engenharia Elétrica	Integral	40	5 anos
	Tecnologia	Manutenção Industrial	Noite	40	3 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Automação Industrial	Noite	40	3 anos
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noite	40	3 anos
2021	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	80	4 anos
	Integrado	Programação de Jogos Digitais	Manhã/Tarde	40	4 anos
	Bacharelado	Engenharia Elétrica	Integral	40	5 anos
	Tecnologia	Manutenção Industrial	Noite	40	3 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Automação Industrial	Noite	40	3 anos
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noite	40	3 anos
2022	Integrado	Informática para Internet	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Mecânica	Manhã e Tarde	40	4 anos
	Integrado	Automação Industrial	Manhã e Tarde	80	4 anos
	Integrado	Programação de Jogos Digitais	Manhã/Tarde	40	4 anos
	Bacharelado	Engenharia Elétrica	Integral	40	5 anos
	Tecnologia	Manutenção Industrial	Noite	40	3 anos
	Licenciatura	Física	Noite	40	4 anos
	Tecnologia	Automação Industrial	Noite	40	3 anos

	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noite	40	3 anos
--	------------	---------------------------------------	-------	----	--------

Fonte: Elaboração própria com base nos editais dos processos seletivos de 2010 a 2022.

O campus possui um curso de Especialização em Ensino de Ciência e Tecnologia, que teve início em 2017, funcionando como uma oportunidade para continuidade formativa dos egressos da Licenciatura em Física e cursos superiores da região, atendendo também uma demanda regional dada a ausência de Especializações gratuitas.

Vinculado ao Centro de Línguas do IFPR (CELIF), em 2019 o campus passou a ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertando em parceria com a Guarda Mirim com vagas para estudantes do campus e da instituição parceira. A parceria realizada nos cursos ministrados em 2019-2020, repetiu-se no primeiro semestre de 2021. Atualmente, no ano de 2022, o Celif conta com 5 cursos FIC ministrados nas dependências do Campus: de Italiano Básico I, de Inglês Básico I (duas turmas) e de Francês Básico I (duas turmas). Além disso, o Celif atua por meio de ações de extensão, tendo ministrado por exemplo o curso O uso de Mapas Mentais, Mapas Conceituais e Resumos Esquemáticos como Estratégias de Ensino: aproximações e distanciamentos.

Em 2022, também teve início a primeira turma de FIC vinculado ao eixo de Controle e Processos Industrial ofertando um curso Introdução à Indústria 4.0.

O prognóstico, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do *campus*, inclui a oferta de um curso de Ensino Médio Integrado com a formação inicial e continuada, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Dentro do Eixo de Controle e Processos Industriais, o campus pretende ofertar mais um curso técnico subsequente, o Técnico em Eletrotécnica.

1.2.2 Estudantes

Atualmente o Campus conta com 1.101 estudantes dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio, Curso Superiores e Especialização, conforme disposto no Quadro 06:

Quadro 06 – Cursos em andamento no IFPR Campus Telêmaco Borba, e quantitativo de estudantes por curso

CURSOS ATIVOS	ESTUDANTES
Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio	143
Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	137
Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio	147
Técnico em Programação de Jogos Digitais Integrado ao Ensino Médio	129
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	116
Tecnólogo em Automação Industrial	122
Tecnólogo em Manutenção Industrial	67
Bacharelado em Engenharia Elétrica	101
Licenciatura em Física	107
Especialização	32
Total	1101

Fonte: Elaboração própria com base na extração de dados do Portal de Informações do IFPR em 13/07/2022. <https://info.ifpr.edu.br/>

O ingresso aos cursos presenciais ocorre por meio de um processo seletivo, no qual é realizada uma prova visando testar os conhecimentos dos candidatos. No referido processo seletivo, a instituição estabelece cotas de ingresso conforme disposto na Lei 12.711/2012.

Perfil Socioeconômico dos Estudantes

Mediante a aplicação de questionários realizada em 2019, para os estudantes do Ensino Médio Integrado, Graduação e Pós-Graduação, foi possível caracterizar o perfil socioeconômico de uma parte dos estudantes do Campus Telêmaco Borba.

No total, 151 estudantes responderam ao questionário, sendo 98 estudantes do Ensino Médio Integrado, 45 estudantes da graduação e 8 da Pós-Graduação, representando 11% dos estudantes de cursos presenciais. Na Tabela 01, tem-se o ano de ingressos dos estudantes na Instituição:

Tabela 01 – Ano de Ingresso dos estudantes

Ano	Quantidade de estudantes	%
2015	22	57,9%
2016	10	26,3%
2017	3	7,9%
2018	1	2,6%
2019	0	0%
TOTAL	151	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados em outubro de 2019.

Em relação à escolaridade dos pais, mães ou responsáveis dos estudantes do Ensino Médio Integrado, Graduação e Pós-Graduação, identificou-se o seguinte panorama:

Tabela 02 – Nível de escolaridade da mãe

Nível de escolaridade da mãe	Quantidade de estudantes	%
Não frequentou a escola	5	3,3
Ensino Fundamental Incompleto	40	26,5
Ensino Fundamental Completo	11	7,3
Ensino Médio Incompleto	20	13,2
Ensino Médio Completo	40	26,5
Superior	20	13,2
Pós Graduação	15	10
TOTAL	151	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados em outubro de 2019.

Tabela 03 – Nível de escolaridade do pai

Nível de escolaridade do pai	Quantidade de estudantes	%
Não frequentou a escola	3	1,9
Ensino Fundamental Incompleto	42	27,8

Ensino Fundamental Completo	14	9,3
Ensino Médio Incompleto	15	10
Ensino Médio Completo	54	35,8
Superior	15	10
Pós Graduação	8	5,2
TOTAL	151	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados em outubro de 2019.

Por meio das respostas dos estudantes, constatou-se que a maior parte dos pais e mães não concluiu o Ensino Médio, nível em que seus próprios filhos se encontram.

Quanto ao rendimento familiar, os estudantes apresentaram os seguintes dados:

Tabela 04 – Distribuição de renda das famílias dos estudantes do Ensino Médio Integrado, Graduação e Pós-Graduação

Renda	Quantidade de estudantes.	Porcentagem
Entre 1 e 2 salários mínimos	47	31,1
Entre 3 e 4 salários mínimos	50	33,1
Mais que 5 salários	19	12,6
Não tenho conhecimento	35	23,2
Total	151	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados em outubro de 2019

Infelizmente, por uma limitação no questionário, não foi investigada a renda per capita, que seria o indicativo mais adequado de análise socioeconômica, pois, com os dados obtidos, se desconhece a informação de quantas pessoas residem com o estudante. Esses dados indicam que a missão do IFPR, de proporcionar educação profissional pública e de qualidade à população que prioritariamente não teria outras oportunidades de formação, tem sido alcançada.

1.2.4 Servidores/Colaboradores e Estrutura Organizacional

Nesta seção, são apresentadas informações relativas ao quantitativo de servidores/colaboradores do Campus e também sua estrutura organizacional, com seus setores, direções, coordenações e seções. O quadro 07 apresenta informações referentes ao quantitativo de servidores e colaboradores (terceirizados e estagiários).

Quadro 07 – Quantitativo de servidores e colaboradores do IFPR – Campus Telêmaco Borba

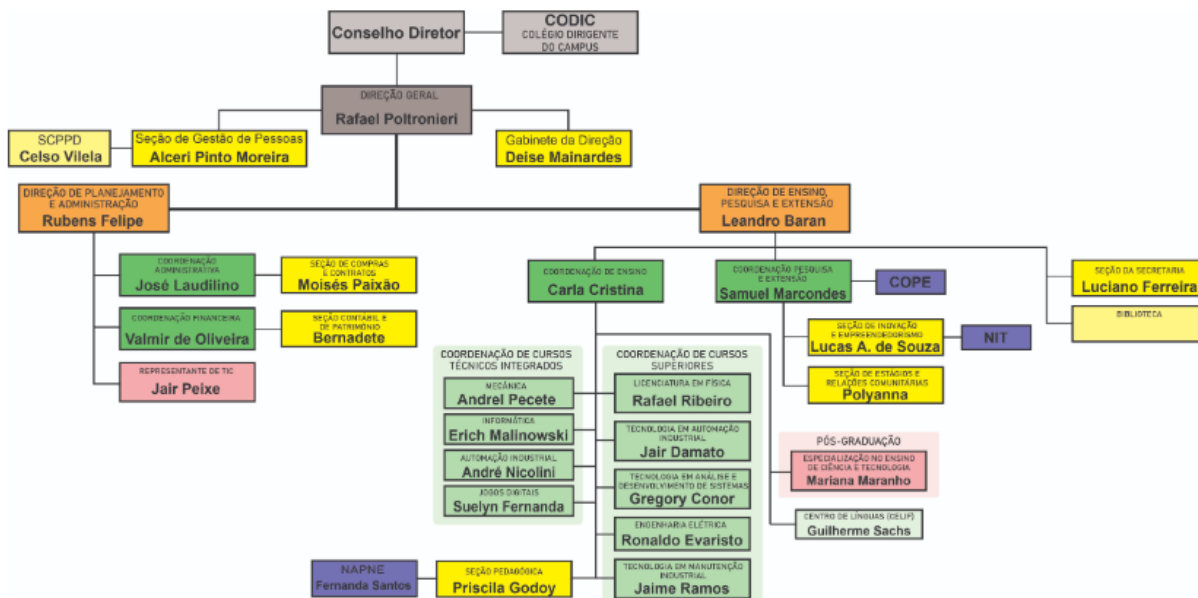
SERVIDORES, TERCEIRIZADOS e ESTAGIÁRIOS	QUANTITATIVO
Servidores	
Docentes	64
Técnico-Administrativos	32
Terceirizados	
Limpeza e Manutenção Predial	12
Segurança (turnos de trabalho)	4
Portaria	2
Estagiários	3
TOTAL	117

Fonte: Elaboração própria com base nas informações repassadas pela Gestão de Pessoas e responsável pelos terceirizados.

Atualmente, 117 pessoas atuam no Campus, com 96 servidores concursados (64 docentes e 32 técnicos administrativos), 18 terceirizados e 03 estagiárias.

O Campus conta com Direção Geral apoiada por uma Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e uma Direção de Planejamento e Administração, conforme explicitado no organograma disposto na Figura 01.

Figura 01 – Organograma do IFPR



Fonte: Elaboração própria com base no Regimento Interno – IFPR

Dentre as direções, há subdivisões em coordenações e seções. As atribuições de cada setor estão descritas no documento denominado “Manual de Competências – IFPR” (IFPR, 2014).

1.2.5 Estrutura Física

O Campus de Telêmaco Borba conta com uma estrutura composta por 01 Bloco Didático de Ensino, 01 Bloco Didático de Laboratórios de Ensino e 01 Bloco Administrativo.

O Bloco Didático de Ensino é composto de:

- 06 Laboratórios de Informática de 63,00 m²;
- 09 Salas de aula de 63,00 m²;
- 02 Laboratório de Física com 151,00 m²;
- 02 Laboratório de Química com 105,32 m²;
- 01 Laboratório de Biologia com 80,00 m²
- 01 Sala do NAPNE
- 01 Sala da SEPAE
- 06 Banheiros.
- 02 salas de infraestrutura

- 01 sala de direção e coordenação
- 01 sala de atendimento a SEPAE
- 01 sala DML

O Bloco Didático de Laboratórios de Ensino possui uma área total 2.500 m², e abriga laboratórios equipados nas áreas de mecânica, elétrica, eletrônica, automação industrial, marcenaria e lutheria para atender aos cursos e aos diversos projetos desenvolvidos pelo IFPR. Esse bloco possui:

- Oficina Mecânica (Usinagem, Soldagem e Manutenção Industrial) com 768 m²;
- 01 sala dos professores
- Laboratório de Automação industrial com 125 m²;
- Laboratório de Eletrotécnica com 127 m²;
- Laboratório de Eletrônica Industrial com 105 m²;
- Laboratório de Metrologia com 105 m²;
- Laboratório IF Maker
- Laboratório de Instrumentação e Controle de Processos com 127 m²;
- Laboratório de Pneumática/Hidráulica com 127 m²;
- Oficina de Luteria com 127 m²;
- Oficina Marcenaria com 768 m²;
- 04 banheiros, sendo dois para pcd's
- Sala para Almojarifado.

O Bloco Administrativo possui área total de 2.794,03 m² destinada a atender a estrutura administrativa e pedagógica do Campus, com atendimento aos estudantes, servidores e comunidade local. O bloco apresenta:

- Sala de secretaria acadêmica;
- 05 Salas de aula;
- 01 biblioteca
- 01 Sala de professores ;
- 01 sala de Gestão de Pessoas;
- 01 Auditório;

- 01 sala de requerimentos de recursos;
- Sala da Direção Geral
- Secretaria da direção geral;
- Espaço de Convivência;
- Sala de Reuniões;
- Elevador adaptado para PcD;
- Banheiros.

Neste bloco está instalada a biblioteca do Campus, com aproximadamente 641m². O espaço contempla três salas de estudos em grupo, uma sala para processamento técnico dos materiais, uma sala para fins pedagógicos, cabines para estudos individuais, amplo espaço com mesas e cadeiras, espaço de convivência com sofás e poltronas, local destinado ao acervo, para exposições, área de atendimento aos usuários e uma sala com computadores destinados aos usuários para realização de suas pesquisas, além de guarda-volumes.

O espaço intitulado Vila Cultural, inaugurado em dezembro de 2021, conta com uma área total de 597,59 m² distribuída nos seguintes espaços:

- Laboratório de Educação Musical com 108,00 m²;
- Sala de Literatura com 83,52 m²;
- Centro de Línguas do IFPR (CELIF) com área de 79,01 m²;
- Sala de Arte & Artesanato com 37,32 m²;
- Estúdio de Artes Visuais com área de 86,08 m²
- Centro Interdisciplinar de Pesquisa, com área de 167,52 m²

Além dos espaços mencionados, a unidade conta com uma quadra de esportes coberta de 785 m² e um refeitório de 300 m².

1.2.6 Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR, as atividades de ensino devem ser articuladas com pesquisa e extensão, de forma que a educação do estudante se constitua sobre esse tripé.

Na carga horária de cada docente que ingressar no IFPR, sob regime de 40 horas e/ou dedicação exclusiva⁷, são previstas a distribuição de 24 horas de atividades de ensino (que contemplam as aulas, manutenção de ensino e apoio ao ensino) e 16 horas de atividades de pesquisa e/ou extensão.

O Ensino Médio Integrado possui uma organização curricular por componentes curriculares, em regime seriado anual. Em seu histórico de implantação, tinha duração de 3 anos, característica que prevaleceu nas turmas de 2012 e 2013. Com o ingresso dessas turmas, os altos índices de evasão, retenção e dificuldades relacionadas à alimentação no *campus* fizeram com que as turmas seguintes fossem reformuladas para duração de 4 anos, de forma a diluir os componentes curriculares e diminuir a quantidade de dias em que os estudantes deveriam ter aulas em turno integral. A partir de 2019, os currículos foram concentrados em apenas um turno, com vistas a colaborar no bem estar e melhor aproveitamento do curso pelos estudantes.

Em relação aos cursos superiores, o Campus realiza ajustes constantemente para se adequar às necessidades para a formação de profissionais na região. O curso de Licenciatura teve sua primeira turma concluída no ano de 2017, e as turmas de Tecnologia em 2018, demonstrando a capacidade de finalização dos currículos, que, nesse período passaram por avaliação do MEC, recebendo nota 4 .

Ao que se refere à pesquisa e extensão, o campus possui 102 projetos. O comitê de Pesquisa e Extensão é o órgão responsável por assessorar a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, na formulação e acompanhamento das políticas de pesquisa e extensão no âmbito da instituição. Atualmente o COPE possui 1 presidente, 1 vice-presidenta e 9 membros, com titulação mínima de mestrado e que são responsáveis por avaliar e acompanhar os projetos em execução no Campus.

Em março de 2022, o Comitê de Pesquisa e Extensão registrou a seguinte configuração para os projetos desenvolvidos no Campus:

- 41 Projetos de Pesquisa, desses 40 tem como coordenadores docentes e 1 tem como coordenador 1 técnico administrativo;

⁷ Atualmente todos os docentes do Campus estão sob regime de 40 horas e/ou Dedicação Exclusiva.

- 49 Projetos de Extensão, dos quais 42 são coordenados por docentes e 7 por técnicos administrativos;
- 9 Projetos de Inovação todos coordenados por docentes;
- 2 Projetos Estratégicos, ambos coordenados por docentes.

Alguns projetos de extensão enfrentam dificuldade para conseguir que um grande número de pessoas da comunidade venham participar das ações. Nesse sentido, é preciso pensar estratégias para que a participação da comunidade, que já acontece, aumente ainda mais.

Considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão, neste ano de 2022 os PPC de todos os cursos superiores ofertados no campus foram atualizados com ajustes para curricularização da extensão em atendimento a adequação específica referente à Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e à Instrução Normativa da Reitoria/IFPR nº 01, de 26 de julho de 2021, a qual institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR.

1.2.7 Gestão Democrática

Os Institutos Federais, pela sua essência de criação e missão institucional, devem possuir uma gestão democrática, na qual os processos decisórios e a construção da educação são compartilhados.

A gestão democrática é baseada em atitudes e ações que articulam a participação da comunidade nos processos propositivos e decisórios que envolvem a condução de todo o trabalho pedagógico e administrativo, relacionados com a atividade fim da instituição. Para tal finalidade, é importante e necessário que sejam dadas as devidas condições para que todos façam parte dos processos envolvidos e assumam responsabilidade sobre sua execução.

Neste sentido, o conceito de autonomia recebe destaque. Ao ser incorporado, traz em si a síntese dos interesses de determinada comunidade e contribui para a elevação da compreensão do sentido da desejada democratização. Pensar em autonomia é deixar nítidos os direitos e os deveres, e refletir sobre as consequências das tomadas de decisão. Dar abertura para a participação significa

abrir o debate para as formas de administrar as diferenças sobre diferentes modos de garantir o espírito democrático nas decisões políticas e pedagógicas.

A gestão democrática foi legitimada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, como resultado do processo de redemocratização da educação brasileira, no sentido de garantir a qualidade da gestão em conjunto e a ampliação do acesso de todos à uma educação de qualidade.

Especificamente no IFPR, pode ser observado um movimento de institucionalização da gestão democrática, por meio da criação de diferentes conselhos, com a participação de membros eleitos por cada categoria constitutiva do IFPR, permitindo que as decisões sejam partilhadas e publicizadas para toda a comunidade escolar.

Assim, tem-se o Conselho Superior (CONSUP), Conselho de Educação, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e Conselho de Administração (CONSAP). De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPR, 2018, p. 628), “o CONSUP é o órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo, nas dimensões de planejamento, acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar do IFPR”, o CONSEPE é o “órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do Conselho Superior, no que tange às Políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão” (IFPR, 2018, p. 628) e o CONSAP trata-se também de um órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, especificamente ao que se refere às Políticas Institucionais de gestão de pessoas, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e expansão física, planejamento e desenvolvimento institucional (IFPR, 2018, p. 629).

No Campus, há o Colégio Dirigente do Campus (CODIC), que tem a função de auxiliar a Direção Geral e demais direções na tomada de decisão e planejamento do Campus. Participam do CODIC a Direção Geral, Direção de Planejamento e Administração, Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e membros eleitos que representam técnicos administrativos, docentes, coordenadores de curso, estudantes, pais de estudantes do Ensino Médio Integrado e Sociedade Civil.

Como órgão auxiliar da gestão pedagógica, há o Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus (CGPC), com atuação regular e planejada, na concepção,

execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa, no âmbito de cada Campus, em assessoramento a Direção-Geral e ao CODIC (Colégio Dirigente do Campus). O CGPC é coordenado pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, tendo como membros a Coordenação de Ensino, as Coordenações de Curso, o(a) Coordenador(a) do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) e um(a) pedagogo(a) da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis. No campus Telêmaco Borba também participam docentes representantes das áreas do conhecimento. Outra prática no Campus é a criação de comissões para auxiliar em alguns processos decisórios e de estudos, bem como para organizar coletivamente atividades e eventos.

Em relação aos estudantes do ensino médio, existe a representação estudantil por meio do Grêmio Estudantil e representantes de turma, que são eleitos anualmente e que têm a função de mediar as necessidades e reivindicações de cada turma para os diversos âmbitos do *campus*. A primeira eleição do Grêmio Estudantil ocorreu em 2014, momento em que a concretização da ação dessa organização passou por reflexões, sendo que a própria nomenclatura era discutida, pois se denominava Centro Acadêmico, mesmo sendo referente ao ensino médio integrado.

A partir de 2016 o Grêmio Estudantil teve atuação mais organizada no *campus*, representando e defendendo os direitos estudantis, inclusive envolvendo-se, no ano de 2019, nas representações estudantis municipal, estadual e nacional, organizando, também, as eleições anuais. Faz-se importante mencionar que em 2018, o *campus* organizou e sediou o 2º Congresso Estadual dos Estudantes do IFPR (CEEIFPR).

No final do ano de 2018, os estudantes dos cursos superiores se organizaram por meio de Assembleia e deflagram a primeira eleição do Diretório Central de Acadêmicos do IFPR- Campus Telêmaco Borba, sendo que o ano de 2019 foi o primeiro em que puderam atuar, promovendo, entre outras ações, a recepção dos novos estudantes.

Nos anos 2020 e 2021, por conta da pandemia da covid 19, as atividades de ensino foram realizadas de forma remota e, como resultado, houve uma

desestruturação na força de representatividade estudantil dos cursos integrados e dos superiores nesse período. Agora, com o retorno presencial em 2022, os estudantes dos cursos integrados começaram a reorganizar suas ações e, nas eleições do Grêmio Estudantil, houve a candidatura de uma chapa única formada por estudantes de diversos cursos e séries. Nos cursos superiores ainda não houve essa movimentação.

1.2.8 Políticas de acompanhamento e capacitação de servidores

Os Institutos Federais possuem nos planos de carreira de seus servidores a previsão de incentivos à qualificação e à capacitação, para que seja possível a realização de cursos de capacitação e ingresso em programas de Especialização, Mestrado e Doutorado.

Há um edital anual institucional para o afastamento parcial e total de servidores para ingressar em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Existe, também, a possibilidade do servidor ingressar em um regime de trabalho de servidor-estudante que permite a flexibilização de horários, com posterior compensação.

Em relação aos cursos de capacitação disponibilizados pelo IFPR a nível de reitoria, anualmente é realizado o Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento (LND) por meio de formulário e as capacitações ocorrem por meio de parcerias com outras instituições públicas, com cursos na modalidade de educação à distância, sem custos ao servidor.

Em nível de campus, a coordenação de ensino periodicamente realiza consulta com os(as) servidores(as), através de pesquisas por e-mail e/ou formulários, sobre demandas/temas de interesse, e com base nesses dados realiza momentos de capacitação focados em atender essas demandas. Estes momentos são realizados no decorrer do ano letivo através de “Capacitações Pedagógicas”. As capacitações são realizadas por meio de palestras e rodas de conversas, com convidados externos e internos.

Em relação à participação em Seminários, Congressos e demais eventos científicos para a publicização de pesquisas e ações relativas ao Campus é viabilizada por meio de auxílio, condicionado à disponibilidade orçamentária de

diárias e passagens, à inexistência de pendências administrativas ou pedagógicas do docente ou técnico e a relevância/pertinência ao interesse do *campus* e relacionada à atribuição do servidor.

2 ATO CONCEITUAL

No **ato conceitual**, pretende-se resgatar a missão, visão e os valores institucionais dos Institutos Federais, articulando-os com as concepções de sociedade, educação, escola, trabalho e estudantes apresentadas pelo o IFPR e em específico, pelo *campus* Telêmaco Borba.

A Lei 11.892/2008, que cria os Institutos Federais caracteriza a instituição como:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008, art. 2)

Assim, ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, configurando-se, ao mesmo tempo, como uma instituição de educação superior, básica e profissional, é o principal diferencial dos Institutos Federais, que podem ofertar desde cursos de qualificação profissional até cursos de pós-graduação, em um processo denominado de verticalização dos estudos⁸.

Na própria Lei 11.892/2008 destacam-se as finalidades dos Institutos Federais: desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; investigação e proposição de soluções técnicas e tecnológicas para atendimento das demandas sociais e regionais; otimização da estrutura física com a proposição da verticalização de cursos; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos, sociais e culturais locais; desenvolvimento do espírito crítico por meio da investigação empírica; oferta do ensino de ciências para a qualificação de docentes das redes públicas de ensino; desenvolvimento de programas de extensão e divulgação científica e tecnológica;

⁸ Não é possível apreender um conceito sobre o termo verticalização na redação da Lei de criação dos IFs. Para o presente documento, será considerada “verticalização”, a oferta de cursos em um mesmo Eixo Tecnológico, envolvendo diferentes níveis de ensino (qualificação profissional, ensino médio integrado, tecnologias, graduações e pós-graduações lato sensu e stricto sensu), com a possibilidade do estudante iniciar em um dos níveis e ter a possibilidade de ascender para os demais.

realização de pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo e desenvolvimento científico e tecnológico; desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para a preservação do meio ambiente.

Essas finalidades devem ser cumpridas com a oferta mínima de 50% das vagas para cursos de educação profissional técnica de nível médio⁹, com prioridade para o ensino médio integrado, 20% das vagas para cursos de licenciatura e os 30% restantes na proposição de oferta de cursos de tecnologia, bacharelados, engenharias e pós-graduação lato e stricto sensu.

A Lei 11.892/2008, cria, portanto, um novo modelo de instituição, que se difere das Universidades Federais e também dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)¹⁰. Com os Institutos Federais, busca-se construir uma nova identidade educacional que possa se projetar para o futuro, promover a inclusão e sustentabilidade e protagonizar mudanças, ao refletir sobre as necessidades do sujeito, a partir de análises das dimensões sociais, econômicas e culturais. Desse modo, concede-se autonomia de gestão aos Institutos Federais para que se atenda às demandas locais, tendo-se por base o desenvolvimento sustentável e a promoção da inclusão, sem perder de vista as relações que tais demandas estabelecem com a realidade mundial.

Procura-se, também, nessa nova identidade educacional, propiciar uma visão diferente da habitual sobre a educação profissional, fazendo prevalecer uma concepção de educação comprometida com a formação integral dos estudantes, uma formação omnilateral¹¹, que rompe a dualidade entre formação humana e formação para o trabalho, articulando de maneira integrada o trabalho, a ciência e a cultura.

⁹ A educação profissional técnica de nível médio compreende as seguintes formas de curso: formação inicial e continuada (FIC), ensino médio integrado, concomitantes e subsequentes ao ensino médio.

¹⁰ Para aprofundamento da discussão sobre a identidade dos IFs e suas dificuldades, sugere-se a leitura do artigo de Pacheco e Morigi (2015).

¹¹ A educação omnilateral tem como objetivo a formação de um sujeito histórico que tenha uma visão totalizante da realidade e que permita uma visão crítica da sociedade (NEVES, 2009). Para Cruz (2004, p.03) a formação omnilateral propicia ao indivíduo “subsídios teórico-práticos para que desenvolva o pensamento crítico, a capacidade de elaborar sínteses, de recuperar a totalidade do pensamento e permitir ao homem chegar à concretude, à essência do fenômeno. Enfim, deve oferecer uma formação que permita ao homem conhecer a realidade concreta, descobrir seu movimento, suas contradições, rompendo com uma visão fragmentada e deturpada do real”.

Busca-se construir uma nova identidade educacional, que, com base na história, possa se projetar para o futuro, protagonizando mudanças ao refletir sobre as necessidades do sujeito, analisando as dimensões sociais, econômicas e culturais e, a partir dessa análise, promover a inclusão e a sustentabilidade. Para isso concede-se autonomia de gestão, podendo cada unidade dos Institutos Federais atender as demandas locais com base em um desenvolvimento sustentável e promover a inclusão em relação às problemáticas, relacionando-as com a realidade mundial.

Nesta concepção de educação espera-se formar o indivíduo para o exercício da cidadania e ampliar o acesso à cultura possibilitando a construção de uma sociedade menos desigual, mais humanizada e mais sustentável, com a formação de cidadãos com voz ativa na sociedade.

O trabalho é compreendido como um dos princípios educativos, que, juntamente com a ciência e a cultura, é parte inerente da formação humana. Tal concepção encara o trabalho não apenas como uma forma de inserção no mundo do trabalho, como emprego remunerado, mas como um elemento pelo qual o ser humano define a si mesmo, suas relações e, portanto, a sociedade na qual está inserido. Implica enxergar o trabalho como mediador da ciência e da produção, uma forma social de perpetuar a existência humana. E de se entender que, no caso dos que não trabalham, sua existência só é possível por causa da exploração do trabalho de outros.

Tal visão implica romper com o conceito historicamente construído da Educação Profissional voltada apenas para o trabalho laboral, em oposição à educação propedêutica, voltada para a preparação para os vestibulares e, portanto, para o trabalho intelectual. Para tal, os Institutos Federais procuram compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura, sendo o trabalho concebido como princípio educativo, como um instrumento de apropriação e transformação da realidade.

Assim, a educação profissional tem como propósito formar sujeitos capazes de ocuparem postos no mundo do trabalho, mas também de compreender o contexto do mundo do trabalho e suas relações, e posicionar-se criticamente sobre sua realidade. Ou seja, um estudante que compreenda as dinâmicas socioprodutivas

das sociedades modernas, com as suas contradições, e que exerça sua profissão de forma crítica, com autonomia e compromisso com a transformação social.

Nesta concepção de educação, cabe aos docentes e técnicos-administrativos o dever de ser mais do que expositores de conhecimento. O papel desses profissionais da educação expande-se para o de mediadores da aprendizagem, instigadores de novos conhecimentos, uma vez que viabilizam o acesso ao saber historicamente construído e proporcionam condições de superação, estimulam o domínio do método para que possam ser construídos novos conceitos, produtos e relações sociais.

2.1 Inserção Regional, limitações e desafios como “agente de transformações sociais”

Os princípios do IFPR trazem à tona a importância da inserção regional na sua atuação, tendo como preocupação primordial a promoção do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Dessa forma, deve-se considerar que “desenvolvimento” não é um conceito simplesmente associado ao crescimento econômico, pois o termo pressupõe transformações. Como afirma Veiga (2006, p. 119) “em seu sentido mais amplo, o desenvolvimento deve ser definido como uma significativa mudança qualitativa, que geralmente ocorre de maneira cumulativa”. Nesse sentido, o autor afirma que o desenvolvimento deve ser entendido enquanto um processo de transformação da sociedade. E ainda, conforme Celso Furtado (1974), esse desenvolvimento deve ter como premissa a justiça social. Essa assertiva vai ao encontro das postulações de Amartya Sen (2000, p. 19), segundo o qual as conquistas das pessoas seriam influenciadas pelas oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como saúde e educação, afirmando que

[...] as disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades.

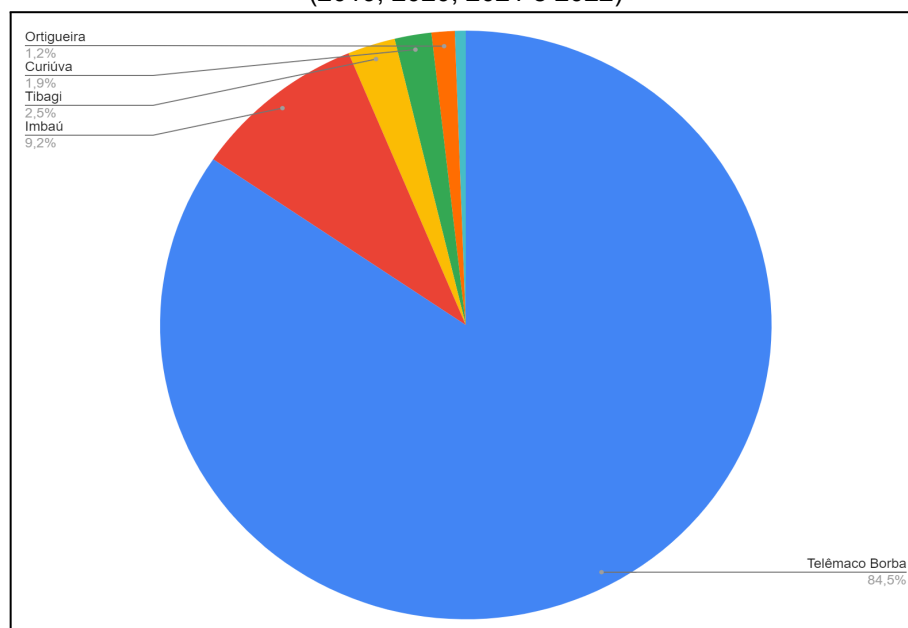
Assim, em seu compromisso de contribuir para o processo de desenvolvimento social e econômico, o IFPR busca oferecer condições adequadas

para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho visando a geração de renda. Esse princípio do IFPR consubstancia o compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

A distribuição espacial dos *campi* procurou levar em conta os municípios considerados polos de desenvolvimento regional. A expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está pautada na interiorização da educação profissional, assumindo o compromisso de contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico, científico-cultural e educacional, e portanto, se constituir como um agente de transformação social.

Ser agente de transformação social ainda é um desafio a ser alcançado, no sentido de contemplar os interesses e perspectivas do cenário socioeconômico do município em que se encontra o *campus* e também de toda a microrregião. Nesse sentido, os cursos oferecidos e sua grade curricular procuram atender os anseios e necessidades da sociedade e economia locais. Nesse processo, o *campus* Telêmaco Borba tem se constituído como agente de transformações sociais, por meio da possibilidade de formação de estudantes, não só de Telêmaco Borba, mas também da microrregião, conforme o Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Distribuição de estudantes segundo o município de origem no ingresso nos últimos 4 anos (2019, 2020, 2021 e 2022)



Fonte: IFPR - campus Telêmaco Borba (2022).

Atualmente, o *campus* apresenta um conjunto de estudantes fundamentalmente oriundo do próprio município, Telêmaco Borba, mas também conta com a presença de discentes de outros municípios, destacando-se Imbaú, Tibagi, Curiúva e Ortigueira, que fazem divisa com o município. Apesar disso, faz-se necessário a adoção de ações coordenadas que estimulem e facilitem a presença de estudantes de outros municípios além de Telêmaco Borba.

A abrangência regional poderia ser potencializada por meio de ações de extensão que envolvessem a comunidade externa, incluindo esses municípios da microrregião. Ainda pode-se observar que os cursos ofertados atendem com bastante propriedade a demanda da sociedade e economia locais e regionais.

2.2 As particularidades do Campus Telêmaco Borba diante das concepções que norteiam os Institutos Federais

Ao se tratar especificamente do IFPR, nota-se que a missão, a visão e os valores vão ao encontro do preconizado na Lei 11.892/2008, e apresentam novos elementos de como a educação profissional deve ser desenvolvida. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPR, 2018, p.23) a missão do IFPR é:

Promover a educação profissional e tecnológica, pública e de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade.

Ao analisar a missão institucional, é possível assinalar alguns aspectos como principais: **a articulação entre ensino, pesquisa e extensão** em um mesmo patamar de responsabilidade na formação do estudante, a formação que deve ser voltada para a **criticidade, autonomia e empreendedorismo**, para além da formação técnica, e o **comprometimento com a sustentabilidade**.

A visão do IFPR, apresentada no mesmo documento, tem como prioridade “ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social” (IFPR, 2018, p. 23). Assim, a visão reitera a importância do IFPR ser referência na educação profissional e a transformação social como um de seus pilares.

Nas seções seguintes, serão apresentadas as particularidades do Campus Telêmaco Borba diante das concepções institucionais e quais ações devem ser organizadas para que se garanta a coerência com a missão institucional.

2.1.1 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Apesar das proposições legais, como a Lei 11.892/2008 e diversos documentos institucionais do IFPR, constata-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão não são articuladas de forma a se constituírem como um tripé na formação do estudante.

Até o presente momento, a organização das atividades de ensino se constituíram como foco central do Campus Telêmaco Borba, com avanços na organização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e seus currículos com os ajustes para integração nos cursos técnicos integrados e para a curricularização da extensão nos cursos superiores.

Todos os docentes possuem projetos de pesquisa e/ou extensão, e alguns servidores da carreira técnica-administrativa também o desenvolvem, porém com naturezas diversas. Em alguns, o estudante é protagonista na pesquisa/extensão, em outros, é participante, sendo o projeto um instrumento para auxiliar em seu aprendizado. Há também projetos que mesclam participação e protagonismo dos estudantes e projetos que são desenvolvidos exclusivamente pelos docentes, os quais, em sua maioria, são vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O campus possui um Núcleo de Arte e Cultura (NAC) destinado ao fomento e ao fortalecimento na difusão, articulação, produção e na fruição artística e cultural, assessorando na interlocução da gestão da política artística e cultural da instituição, articulando-as de forma indissociável ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, atendendo ao disposto na Constituição Federal.

O Programa de Bolsas de Inclusão Social oferecido pela Pró-Reitoria de Ensino é uma das oportunidades de pesquisa e extensão ofertadas aos estudantes, porém, a cada ano o número de bolsas tem sido reduzido. Assim, há muito a ser aprimorado para a constituição do tripé ensino, pesquisa e extensão, porque as três dimensões ainda são desarticuladas.

Em relação ao ensino, muitos avanços se deram com uma nova organização curricular para os cursos de nível médio que iniciaram em 2019, especialmente em relação à possibilidade de uma organização do tempo escolar em aulas agrupadas, equiparação e igualdade de carga horária de diferentes saberes dos componentes curriculares, integração de alguns componentes curriculares de cunho de formação técnica e concentração da carga horária do curso em um único período, proporcionando ao estudante mais tempo para as atividades de pesquisa e extensão.

A integração curricular nos cursos técnicos integrados é objeto de estudo neste ano 2022 visando promover estratégias inter, multi e transdisciplinares e a articulação entre conhecimento prático e conhecimento teórico de forma mais incisiva e sistematizada, a fim de propiciar a aprendizagem significativa do estudante. A proposta de salas temáticas deixou de existir em virtude da pandemia covid-19, e é algo que necessita ser repensada de forma a realmente caracterizar como espaço de aprendizagem¹². Diante dessa necessidade, neste ano, 2022, iniciamos a discussão formando duas comissões, uma para discutir o currículo e outra para discutir sobre os espaços de aprendizagem. As comissões foram formadas de forma voluntária, todos os servidores do campus foram convidados a participar.

A gestão atual tem investido na criação de outros espaços de aprendizagem/laboratórios organizados por áreas. As áreas técnicas já contam com laboratórios para realização de atividades práticas das disciplinas. Também já contamos com laboratórios de Biologia, Química, Física, Artes Visuais, Musical e de Linguagens com a Sala de Literatura, Sala de Arte & Artesanato e o Celif. Os

¹² O Campus tinha salas temáticas de componentes curriculares do Ensino Médio Integrado (exceto os componentes curriculares relacionados à formação técnica que possuem laboratórios). Os estudantes deslocavam-se para as respectivas salas quando possuíam aula de determinado componente curricular. Os salas possuíam alguns materiais específicos dos componentes curriculares, como os livros didáticos, por exemplo, sendo necessárias aquisições e discussões para realmente transformar estes espaços em salas temáticas. Essa organização permaneceu até março de 2020. A pandemia da Covid-19 suspendeu as aulas e quando foi possível o retorno presencial essa organização não era mais possível, pois ela fazia com que os estudantes circulassem em várias salas e isso aumentaria o risco de contágio entre eles. Diante disso, por medida de segurança, os estudantes dos cursos técnicos integrados passaram a ficar em uma sala fixa. Nos cursos superiores, a organização já era tradicional, e cada turma continuou em sua respectiva sala de aula.

próximos laboratórios a serem instalados serão: Laboratório de Humanidades, Laboratório de Matemática, Laboratório de Práticas de Ensino.

Nos cursos superiores a organização dos espaços já era feita de forma padrão, ou seja, cada curso e série/período tem uma sala específica e laboratórios para as disciplinas técnicas, isso permaneceu no retorno após a pandemia. Um grande avanço importante de ser destacado em relação ao currículo dos cursos superiores é a curricularização da extensão que está ocorrendo neste ano de 2022, proporcionando que as matrizes curriculares sejam ajustada para dar início em 2023, seguindo o que preconiza a Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e à Instrução Normativa da Reitoria/IFPR nº 01, de 26 de julho de 2021, a qual institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR.

Há necessidade de promover uma maior discussão para definir a identidade institucional da pesquisa e extensão, dar condições às execuções dos projetos e promover o maior envolvimento dos estudantes, como protagonistas das ações. Também é necessário estruturar propostas que possam ser desenvolvidas a médio e longo prazo, possibilitando ao professor/pesquisador e estudante/pesquisador uma apropriação e adensamento do conhecimento propiciado na ação de pesquisar ou ser extensionista.

Uma característica do Campus Telêmaco Borba, ao longo de sua história, é ter um fluxo constante de docentes ingressando ou sendo transferidos para outros campi. A formação de grupos de pesquisa seria uma forma de adensar as pesquisas e fazer com que os servidores novos ingressantes contribuíssem com as temáticas já existentes. Porém, é necessário discutir em profundidade as consequências desta ação, para evitar o engessamento das pesquisas ou inibir suas diversidades entre os diferentes saberes.

Especificamente em relação à extensão, o campus vem evoluindo nesse sentido para envolver o público interno e externo, a comunidade em seu sentido mais regional, abrangendo os municípios da microrregião. É um desafio para a extensão que precisa ser conquistado para que o IFPR se configure com um agente de mudanças sociais.

2.1.2 Concepção de Educação Inclusiva

As instituições de ensino devem ser um espaço educativo que proporciona interação, socialização, aprendizado, conhecimento e desenvolvimento. Assim sendo, elas têm um papel fundamental na educação inclusiva e na formação de uma sociedade igualitária. Nos documentos institucionais do IFPR, ressalta-se o compromisso com a inclusão social, no sentido de promover o acesso e a permanência da população à educação profissional, prioritariamente àqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.

O IFPR se refere à inclusão social em um sentido amplo e não à inclusão específica associada ao termo utilizado na Educação Especial Inclusiva. Nesse sentido, a palavra “inclusão” aparece em diversos momentos nos documentos institucionais, inclusive com referências às políticas de assistência estudantil. Na seção a seguir está explicitada a inclusão sob outra perspectiva: a da inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE).

2.1.3 Inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas

A educação inclusiva no âmbito da educação especial deve transformar as instituições de ensino em um espaço para todos, favorecendo a diversidade e assegurando o que preconiza a Constituição Federal de 1988, art. 5º, ao afirmar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. O documento ainda reforça que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 5)

Sendo a educação um direito de todos e considerando que todos são iguais, a Constituição determina em seus artigos 206 e 208, respectivamente, “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” e “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 contribuiu com o fortalecimento da educação inclusiva ao reforçar os preceitos constitucionais e estabeleceu um capítulo específico para Educação Especial. O capítulo V da referida Lei estabelece no art. 58 que a educação especial é “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”.

Visando fortalecer a educação inclusiva, os Decretos 5.296/04 e 7.611/11 estabelecem, respectivamente, “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”; “e dispõe sobre a educação especial no atendimento educacional especializado”. Conforme citado no Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - meta 4:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014)

Observa-se que um documento respalda o outro no intuito de assegurar a todos o acesso à educação regular, tornando a educação mais inclusiva, proporcionando o desenvolvimento integral dos estudantes que necessitam de atendimento especializado, fazendo com que sejam protagonistas da trajetória de suas vidas com igualdade de condições para atuar na sociedade.

Nesse cenário, a educação inclusiva visa o pleno desenvolvimento do sujeito e as instituições de ensino têm papel fundamental ao favorecerem o acesso ao conhecimento possibilitando a convivência com a diversidade, estimulando habilidades, desenvolvendo potencialidades e respeitando limites e necessidades.

Uma proposta inclusiva implica diversas mudanças, desde conceitos e paradigmas até formação e estrutura. Dessa forma, as instituições de ensino devem estar preparadas, com recursos físicos e humanos, para receber esses estudantes oferecendo a eles educação com qualidade, possibilitando a permanência e o êxito no processo de ensino-aprendizagem.

O IFPR Campus Telêmaco Borba, em consonância com as políticas públicas para efetivar a educação inclusiva, conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE que desenvolve ações para capacitação dos servidores, conscientização da comunidade interna e assessoramento ao estudante com necessidades educacionais específicas. Compreendemos como estudantes com necessidades educacionais específicas aqueles que precisam de “qualquer ajuste ou alteração para que tenha igualdade de oportunidades, ou seja, apresentem alguma necessidade específica para eliminar ou minimizar as barreiras que obstruem a sua integral participação em igualdade de condições com as demais pessoas” (ROSOLEM; VICENTINI, 2020).

Assim, o NAPNE do Campus Telêmaco Borba assessora os estudantes atendidos pela Educação Especial e também estudantes com necessidades educacionais específicas não contemplados pelas legislações educacionais atuais, sejam essas necessidades de caráter transitório ou permanente. São definidos como estudantes da Educação Especial desde a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9394/1996 as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (atualmente compreendido como transtorno do espectro autista) e altas habilidades/superdotação. Conforme definição de Rosolem e Vicentini (2020, p. 3), são compreendidas como necessidades educacionais específicas não contempladas pelas legislações educacionais transtornos funcionais específicos (ex: Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Dislalia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outros), transtornos psicológicos ou psiquiátricos (ex: Transtorno de Ansiedade Generalizada, Depressão, Transtorno Obsessivo Compulsivo, entre outros) e necessidades transitórias (ex: adoecimento, acidente, gestação, entre outros). As ações são desenvolvidas com o objetivo de tornar o espaço escolar inclusivo, de maneira a minimizar as desigualdades e barreiras, promovendo a convivência e o respeito às diversidades.

O NAPNE do Campus foi instituído, ainda que informalmente, desde o início de 2011, quando o Campus passou a receber e a reconhecer vários estudantes com NEE que necessitavam de acompanhamento. Institucionalmente, o NAPNE foi criado em 2012, com a portaria de designação de seus coordenadores. Desde

então, o NAPNE é composto por servidores técnicos e docentes, por meio de adesão espontânea e/ou por afinidade com a temática, e ainda conta com a participação da equipe multiprofissional que veio a ser constituída em 2014.

Atualmente, o NAPNE é vinculado à Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis localmente no Campus, e responde institucionalmente à Pró-Reitoria de Ensino. O IFPR destina cotas nos processos seletivos para acesso das pessoas com deficiências, possibilitando aos inscritos a realização de provas adaptadas às suas condições.

A disposição de diversos materiais pedagógicos procura oportunizar aos estudantes com necessidades educacionais específicas, igualdade no processo de ensino-aprendizagem, garantindo qualidade na educação e proporcionando mecanismos que o auxiliam no acesso, permanência e êxito nos estudos. Em 2019, conseguiu alcançar um dos desafios previstos no Projeto Político Pedagógico (PPP) anterior, que era definir um espaço próprio para o núcleo, e passou a contar com uma sala de aula própria equipada com os materiais de que já dispunha e destinada para uso em atendimento aos estudantes assessorados.

No entanto, é possível identificar algumas limitações institucionais, pelo fato do IFPR se constituir em uma escola que abrange da educação básica à educação superior. A configuração e atuação do NAPNE assemelha-se mais à estrutura dos Núcleos de Acessibilidades existentes nas Universidades, que cumpre as exigências legais para a Educação Superior.

Em relação à legislação federal que garante o Atendimento Educacional Especializado¹³ (AEE) aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação básica, o NAPNE apenas neste ano de 2022, a partir do mês de agosto, passa a ofertar esse tipo de atendimento. Na estrutura organizacional e de carreiras do IFPR não existia até então alguns profissionais necessários para prestar esse serviço e suas

¹³ De acordo com o Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, se constituem objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

particularidades¹⁴. No entanto, em 2019 foi realizado concurso público para contratação de um professor de educação especial para cada campus com carga horária de 20 horas. Esse profissional chegou ao Campus em meados do mês de julho e ficará responsável, entre outras coisas, pelo AEE e a codocência.

O NAPNE procura promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes, proporcionando a convivência com a diversidade e objetivando a construção de uma sociedade mais justa e equânime. Também preconiza e difunde valores relacionados ao respeito à diversidade e procura garantir a acessibilidade estrutural, atitudinal e pedagógica a todos os estudantes com NEE na instituição.

Com esse intuito, anualmente se promove o IF-Inclusão, um evento que objetiva fomentar entre estudantes e servidores o respeito pelos direitos, dignidade e inclusão das pessoas com deficiência. No atual formato, os estudantes de todas as séries do ensino médio integrado preparam e exibem apresentações culturais (teatro, vídeo, música, etc.) relacionadas à temática da pessoa com deficiência visual (1ª série), auditiva (2ª série), física (3ª série) e intelectual (4ª série). Os servidores e discentes são convidados para prestigiar as apresentações. Por meio de uma parceria com alguns professores, essa atividade tem peso de avaliação em diversas disciplinas e, com o auxílio de uma banca avaliadora, as melhores apresentações são premiadas. Para os estudantes das graduações, é oferecida uma palestra sobre a temática da inclusão de pessoas com deficiência.

Embora a legislação a respeito das pessoas com deficiência tenha avançado nos últimos anos, ainda é necessário eliminar barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais. Com o advento das cotas no processo seletivo, a chance de ingresso de pessoas com deficiência no campus aumentou. O IF-Inclusão é um dos meios que o NAPNE utiliza para promover ações de sensibilização no campus, com a possibilidade de impacto na região para a importância da inclusão. Com isso, esperamos chamar a atenção da comunidade interna para a importância do processo de inclusão das pessoas com deficiência no IFPR, trabalho e sociedade.

¹⁴ Para maior aprofundamento das limitações do IFPR e atuação dos NAPNES em relação à inserção dos estudantes com NEE, sugere-se a leitura de GOESSLER (2016).

2.1.4 Outras frentes de atuação na perspectiva inclusiva

A inclusão é um termo de sentido amplo que envolve promover condições para que todos e todas possam se integrar socialmente. Essa perspectiva de inclusão se coaduna com a defesa dos direitos humanos. No Campus Telêmaco Borba, buscamos a inclusão por essa perspectiva ampla, criando um espaço que seja para todos os gêneros, etnias, sexualidades etc. Contribuem para esse processo, além do Napne, o Grupo de Estudos de Cultura, Identidades e Gênero (Gecig/CNPQ), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), além de diversos projetos como o Cine Clube: cinema e realidade Social no Campus Telêmaco Borba, o Junho Arco-íris: celebrando as diversidades, dentre outros.

Em relação especificamente às questões étnico-raciais, em 20 de dezembro de 2018, foi estabelecido o regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do IFPR. “Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Paraná (IFPR) têm o papel institucional de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR e para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial. Possuem o papel de assessorar a Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) na gestão das políticas públicas contribuindo assim com o fortalecimento, a criação e a implementação de diretrizes, metas e ações com foco nessas identidades socioculturais” (IFPR, 2018).

No início do ano de 2019, foi criado o Neabi, no Campus Telêmaco Borba. Participaram do ato de criação os seguintes docentes: Andréa Mazurok Schactae, André Pires do Prado, Célia Tamara Coêlho, Guilherme Sachs e Helaine Christina Oliveira de Souza (coordenadora local). No mês de abril, foram realizadas as primeiras atividades do Núcleo, no Campus, as quais contaram com a parceria do Grêmio Estudantil. Nos anos seguintes, outros docentes passaram a compor o Núcleo.

O Neabi do Campus, além de buscar ser um espaço de combate à discriminação étnico-racial na comunidade telemacoborbense de forma mais ampla, com ações diversas envolvendo a comunidade, visa também ser uma ferramenta

para cumprir em nossos cursos técnicos a lei 11.645/2008 que determina a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito do Ensino Médio. Neste sentido, o Neabi se articula às diversas disciplinas do currículo do Ensino Médio, promovendo reflexões sobre essa temática por meio de exposições, palestras, mesas redondas, rodas de conversa, exposições dialogadas de filmes, oficinas, cursos etc.

As atividades do Núcleo geralmente são realizadas em parceria com o Grêmio, o Gecig/CNPQ e também com o projeto Cine Clube: cinema e realidade social no Campus Telêmaco Borba. Entre as diferentes atividades realizadas ao longo dos anos, estão uma visita a Comunidade Indígenas de Queimadas, no ano de 2019, e o II Ciclo de Cultura Afro Brasileira e Diversidade Étnica e Cultural na América Latina, em 2020, o qual contou com a participação de pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições, inclusive de universidades cubanas. Várias atividades estão disponíveis no canal do Campus no Youtube. Durante o período de pandemia de Covid-19 os eventos do Neabi ocorreram por meio de plataformas digitais. Com o retorno das atividades presenciais, foram retomadas as exposições dialogadas de filmes e demais atividades.

2.1.5 Currículo dos Cursos: Formação Inicial e Continuada, Ensino Médio Integrado, Tecnologias, Licenciaturas e Pós-graduação

Como já mencionado no histórico do Campus, as atividades tiveram início em abril de 2010, sendo que a equipe pedagógica veio a ser constituída posteriormente, a partir de agosto de 2010. Na ocasião, os PPC foram elaborados com base em projetos já existentes do *campus* Curitiba. Esses projetos tinham a organização dada por componentes curriculares técnicos e do núcleo comum.

A organização de novos PPC foi se constituindo na medida em que novos cursos eram propostos, em especial, para a oferta do Ensino Médio Integrado e Cursos Superiores. No entanto, manteve-se a mesma organização por componentes curriculares.

Atualmente a elaboração e reelaboração dos PPC segue o fluxo definido na Instrução Interna de Procedimentos do IFPR nº 04 de 27 de setembro de 2018, que atualiza e define os critérios para abertura de cursos, ajustes, acompanhamento e

avaliação de PPC, suspensão temporária e extinção de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação, no âmbito do IFPR, para implantação no ano letivo de 2020, nos termos do art. 14 da Res. IFPR 54/2011 e art. 25 da Res. 55/2011.

As reformulações nos PPC dos cursos do campus Telêmaco Borba foram muitas, sempre que as Pró-Reitorias solicitaram os documentos foram reajustados para acompanhar as mudanças nas respectivas legislações. Entretanto algumas alterações aconteceram considerando a proposta de executarmos cursos que promovam a permanência e o êxito dos estudantes. Dentre elas, a mudança para duas aulas geminadas por semana para cada componente curricular e a readequação de carga horária porque todos os cursos atuavam acima do mínimo permitido.

Especificamente nos cursos técnicos integrados ao ensino médio foi feita a alteração de duração dos cursos de três para quatro anos. Na organização antiga de três anos os estudantes tinham aula o dia todo em quase todos os dias da semana impossibilitando que participassem dos projetos ou dos horários de atendimento ao estudante. Também foi realizada a redivisão da carga horária nas séries de maneira igual, ou seja, antes as três primeiras séries tinham uma carga horária maior em relação à quarta série para privilegiar o estágio. A divisão desigual resultava numa sobrecarga aos estudantes, especialmente os que acumulavam componentes curriculares em dependência. Com isso, os índices de evasão e problemas emocionais começaram a aumentar. A partir de 2019 as turmas dos cursos técnicos integrados iniciaram em uma nova organização curricular em curso com quatro anos de duração e divisão igual de carga horária por série.

2.1.6 Concepção de Avaliação da Aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem do Instituto Federal de Educação é normatizado pela Resolução nº 50/2017. Esse documento determina que tal processo deve se organizar de modo a perceber os estudantes como sujeitos ativos, dotados de conhecimentos individuais, aspectos culturais, linguísticos e afetivos.

Nesse sentido, o professor deve atuar como mediador desse processo, propiciando momentos de construção de conhecimentos, viabilizados por uma

proposta que não dissocie o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo a capacidade de entender criticamente a atuação no mundo do trabalho.

Todo o processo de ensino-aprendizagem deve ser levado em consideração na avaliação realizada pelos docentes. Portanto, a avaliação deve ter caráter diagnóstico, cumulativo e contínuo para que durante o período letivo seja possível aos docentes realizar novas programações dos conteúdos, a depender do aproveitamento por parte dos estudantes, sempre valorizando aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Para que essa proposta de avaliação seja efetivada ela deverá ser diagnóstica, formativa e somativa e será necessário que a organização didático-pedagógica compreenda uma diversidade de instrumentos avaliativos de tal forma que o estudante também tenha mais oportunidades de demonstrar o conhecimento adquirido. O docente deve utilizar, ao menos, dois instrumentos ao longo de cada período avaliado para emitir resultados parciais e finais. Cabe ressaltar que todas as atividades pedagógicas devem ser valorizadas, ou seja, que o processo de avaliação seja formativo, visando não só avaliar, mas sempre propiciar momentos de aprendizagem.

Aos estudantes que apresentarem diagnóstico de alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos de aprendizagens, altas habilidades/superdotação deverá ser oportunizado, quando for necessário, o Plano de Trabalho do Estudante, previsto na Resolução nº 50/2017, organizado pelo docente e a equipe multidisciplinar, que contemple as flexibilizações necessárias ao processo de ensino-aprendizagem.

A recuperação de estudos é obrigatória e pode acontecer de maneira contínua, com estratégias adotadas pelo docente durante as aulas com a retomada de conteúdos. A recuperação paralela, que compreende a recuperação tanto de conteúdos quanto de conceitos, pode ocorrer em momentos de sala de aula, de atendimento ao estudante ou em horário diferente dos estipulados para os componentes curriculares obrigatórios. Será responsabilidade dos docentes informar os horários em que ocorrerão essas atividades de recuperação.

Os resultados obtidos pelos estudantes, conforme critérios propostos no plano de ensino, devem ser expressados por conceitos de A, B, C ou D, conforme detalhamento abaixo:

Conceito A – a aprendizagem do estudante foi PLENA, atingindo os objetivos propostos no processo ensino-aprendizagem;

Conceito B – a aprendizagem do estudante foi PARCIALMENTE PLENA, atingindo níveis desejáveis quanto aos objetivos propostos no processo ensino-aprendizagem;

Conceito C – a aprendizagem do estudante foi SUFICIENTE, atingindo níveis aceitáveis quanto aos objetivos propostos no processo ensino-aprendizagem;

Conceito D – a aprendizagem do estudante foi INSUFICIENTE, não atingindo os objetivos propostos, comprometendo e/ou inviabilizando o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Para a aprovação será necessário que o estudante obtenha conceito igual ou superior a C e frequência igual ou superior a 75%, podendo acumular no máximo três (3) reprovações nos componentes curriculares no período letivo para poder avançar para a próxima série. Entende-se por componentes curriculares no período letivo, aqueles previstos na matriz curricular para cada período letivo do curso.

O *campus* Telêmaco Borba tem cumprido as normativas estabelecidas pela Resolução nº 50/2017 através de alguns mecanismos. A recuperação paralela, por exemplo, é garantida através do horário de atendimento ao estudante oferecido por componente curricular, divulgado e atualizado constantemente. Semestralmente é concedido acesso a um arquivo compartilhado no qual os professores devem atualizar seus horários de atendimento ao estudante. Nele, os professores devem colocar o dia da semana, horário e o local em que será realizado o atendimento, o arquivo fica editável para eles durante o ano todo, facilitando assim, as alterações sempre que necessário. O arquivo fica disponível para visualização no site do campus.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem ocorre em diversos âmbitos. Para entender se há qualquer questão didático-metodológica, falha no acompanhamento realizado pela seção pedagógica ou outra questão estrutural que esteja interferindo negativamente no processo de ensino-aprendizagem, são

realizadas reuniões bimestrais com os representantes das turmas dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

A participação dos discentes ou seus representantes na avaliação do processo de ensino-aprendizagem é imprescindível para que se possa promover a formação integral, conscientizando sobre o papel de cada um, compreendendo que a aprendizagem efetiva depende de diversos fatores. Assim, a avaliação ultrapassa os limites da sala de aula, e pode ocorrer em todo o processo formativo.

Outra ferramenta que contribui para uma dimensão maior nas possíveis falhas no processo de ensino é o Conselho de Classe, que, diferentemente da visão tradicional, que consiste em avaliar apenas o desempenho do estudante, com foco no resultado final, o *campus* propõe-se a denominar como “Coletivo Pedagógico”, cujo propósito é avaliar o processo de ensino-aprendizagem como um todo, em todas as suas dimensões, com foco nas intervenções necessárias para aprimorar o processo. Essa avaliação também deve abranger a instituição em todos os aspectos, como aproveitamento dos estudantes em relação ao método utilizado pelos professores, condições físicas e de gestão do estabelecimento.

O Coletivo Pedagógico se organiza em três etapas:

- Pré-Coletivo Pedagógico:
 - Ações de consulta aos docentes e discentes para identificar os fatores positivos e as dificuldades encontradas, que ocorrem ao longo do bimestre, com um acompanhamento mais próximo em relação aos estudantes com histórico de retenção e estudantes que apresentaram algum diagnóstico que possa comprometer a aprendizagem.
- Coletivo Pedagógico:
 - Participação do representante discente de cada turma com a leitura da avaliação realizada coletivamente compreendendo o trabalho dos docentes, da seção pedagógica e a autoavaliação da turma;
 - Relatos dos docentes sobre o desempenho de cada estudante, levantamento das intervenções realizadas ao longo do bimestre e deliberação em relação aos encaminhamentos a serem tomados.
- Pós-Coletivo Pedagógico:

- Etapa na qual realiza-se os encaminhamentos determinados na etapa anterior. Normalmente esses encaminhamentos são realizados pela equipe da Seção Pedagógica. São realizadas ações de orientações individuais aos estudantes que apresentaram alguma dificuldade ao longo do bimestre e aos demais e orientações em grupo ou com estudante representante da turma, procurando dar um feedback em relação ao bom desempenho;
- Em alguns casos, quando necessário, os pais são convocados para reunião com a presença do estudante, da coordenação de curso e de profissionais que compõem a Seção Pedagógica.

2.1.7 Concepção de Inovação

De acordo com o dicionário Michaelis (2019), a palavra inovação representa o ato ou o efeito de inovar, introduzir algo novo ou ainda renovar algo existente. Nos mundos corporativo, técnico, científico e/ou educacional o termo inovação pode assumir diversas vertentes, atingindo ações dentro das demandas/especificidades inerentes a cada setor, como as mencionadas abaixo:

- 1) Inovação de produto – é a concepção de um novo bem (material/tangível) ou modificações nas características dos já existentes (ex: caneta, motor, aparelho de imagem, recipientes, etc.).
- 2) Inovação de serviço – é a concepção ou alteração de um bem não material (intangível) por meio de procedimentos que atendem uma necessidade específica de um cliente (ex: higienização, limpeza, segurança, reprografia, etc.).
- 3) Inovação de processo – é a concepção de uma nova forma de se produzir (fazer) um bem ou serviço ou alteração da forma já existente (ex: uma tecnologia nova, uma nova matéria prima, uma nova forma de treinar, supressão ou aglutinação de funções, etc.).
- 4) Inovação de negócios – é a concepção ou alteração da forma de se oferecer um produto ou serviço aos interessados – mercado (ex: estrutura de custo, logística, financiamento, etc.).
- 5) Inovação de marketing – é a concepção ou alteração da forma de: i) obter os procedimentos para se apresentar um produto – bem ou serviço (ex: embalagem); ii)

definir seu preço (ex: estrutura de custo), iii) viabilizar um produto na praça (ex: localização, distribuição etc.); e iv) promovê-lo junto aos clientes (ex: promoção, publicidade, relações públicas, etc.).

6) Inovação organizacional – é a concepção ou alteração da forma de uma organização se estruturar (organizar-se para funcionar) para ter mais rapidez, agilidade, flexibilidade e capilaridade na consecução de seu objetivo (ex: organograma, hierarquia, downsizing, etc.).

No âmbito do IFPR – Campus Telêmaco Borba, o incentivo à inovação ocorre com fontes de fomento em Programas de Bolsas de Inovação, recursos destinados ao IFTECH (Feira de Inovação Tecnológica do IFPR) e programas de bolsas de iniciação científica ligadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Fundação Araucária. Ao se considerar a natureza dos cursos do *campus*, são comuns projetos que envolvem inovação nas áreas de Automação Industrial, Mecânica, Informática e Jogos Digitais, os quais alcançam êxito nos programas citados. Esse processo, no campus Telêmaco Borba, mostra maiores atividades em produtos, serviços e processos.

Em recentes discussões levantou-se a proposta de inovações em processos educacionais, no que se refere a novas metodologias e ferramentas de ensino. A atuação de docentes em programas de pós-graduação de pesquisa em ensino concretiza essa proposta e lança dados para seu desenvolvimento. Esse reconhecimento é fundamental para estudos desenvolvidos por acadêmicos de Cursos de Licenciatura.

2.1.8 Políticas de Acesso, Permanência e Êxito

2.1.8.1 Acesso ao Campus: formas de ingresso aos cursos e grupos prioritários

O acesso aos cursos técnicos de nível médio e aos cursos superiores do campus Telêmaco Borba ocorre via Processo Seletivo, regido por um edital único para todos os *campi*. Nos cursos de licenciatura, especificamente, também há vagas destinadas aos professores da educação básica. E por fim, nos cursos de formação

inicial e continuada, o acesso é feito por meio de sorteio público de vagas regido por editais internos.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2018), o IFPR se configura como uma instituição inclusiva. Antes mesmo da existência da Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que preconiza um percentual para favorecer o acesso à educação pública e gratuita aos estudantes oriundos de escola pública, em vulnerabilidade socioeconômica, afrodescentes e indígenas, o IFPR já apresentava um percentual de suas vagas para priorizá-los. Posteriormente, essa Lei foi alterada pela Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, que inclui cotas para as pessoas com deficiência, assim, o IFPR também passou a destinar o percentual de suas vagas para esse público, conforme pode ser observado no histórico abaixo.

No edital do Processo Seletivo 2010 (edital 006/2009), 20% das cotas foram destinadas a negros e pardos que possuíam traços fenotípicos pertencentes ao grupo racial negro, 20% foram destinadas a estudantes que tivessem cursado o Ensino Fundamental e Médio integralmente em instituições públicas de ensino e as demais vagas destinavam-se à concorrência geral.

Já no edital do Processo Seletivo 2011 (Edital 019/2010), houve critérios similares, com a diferença de que os estudantes que haviam concluído seus estudos por meio de supletivos também poderiam concorrer às vagas de inclusão social. Uma novidade em relação ao edital anterior foi a inclusão de 5% das vagas para pessoas com deficiência e 5% para os indígenas.

No Edital 072/2011, que abriu o Processo Seletivo para o ano de 2012, houve ampliação da oferta de vagas aos estudantes oriundos da rede pública de ensino, que passou de 20% para 40%, sendo que as demais cotas permaneceram com os mesmos percentuais do processo Seletivo 2011. A distribuição de vagas do Processo Seletivo 2013 (Edital 06/2012) permaneceu a mesma.

O Processo Seletivo correspondente ao ano de 2014 (Edital 10/2013) sofreu algumas mudanças para adequar-se à Lei de Cotas e ao Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012 que regulamenta essa Lei. O percentual de vagas destinado a cada cota foi: 45% para cota de inclusão social; 20% cota de inclusão racial e 5% cota para indígenas. Os 30% restantes foram destinados à concorrência geral.

As vagas destinadas à inclusão social passaram a priorizar dois grupos distintos: estudantes que estudaram integralmente em escolas públicas ou que conseguiram certificação mediante exames de competência/certificação do ENEM; e estudantes cuja renda familiar era inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* e que também tenham cursado seus estudos integralmente em escolas públicas ou obtido certificação.

Uma novidade do presente edital, foi a reserva de vagas para o Sistema de Seleção Unificada (SISU) nos cursos superiores, com a reserva de 6 (seis) vagas para os cursos de Tecnologias e Licenciatura, e de 8 (oito) vagas para docentes do Magistério da Educação Básica, especificamente para o curso de Licenciatura.

Nesse processo seletivo, extinguiu-se a cota para pessoa com deficiência, gerando questionamentos por parte da comunidade escolar e externa, tendo em vista que nos últimos processos seletivos esse grupo foi priorizado.

No Edital do Processo Seletivo 2015, aumentou-se para 80% as vagas para cotistas, sendo 60% para cota de inclusão social. Nessa última, metade das vagas eram destinadas a candidatos oriundos de escolas públicas com renda inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* e a outra metade para renda superior a este valor. Em cada uma das situações havia subdivisões de modo a priorizar candidatos pretos e pardos/indígenas. Havia, ainda, 15% das vagas específicas para pretos e pardos e 5% para candidatos indígenas (desvinculadas da cota de inclusão social). Para a concorrência geral eram destinados 20% do total de vagas. Nos cursos superiores, mantiveram-se os percentuais para SISU e docentes da educação básica.

No Edital do Processo Seletivo 2016, o panorama continuou o mesmo, porém houve redução da cota para candidatos pretos ou pardos (desvinculados da cota de inclusão social), de 15% para 10% e incluiu-se 5% para pessoas com deficiência.

A partir do Processo Seletivo de 2017 até o último para ingresso em 2022, nota-se que se estabeleceu um padrão em todos os anos não havendo mais percentuais para SISU e sendo destinadas 80% das vagas para cotas de inclusão distribuídas da seguinte maneira:

- 60% reservada aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Dentro dessa porcentagem, 50% serão

destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, havendo reserva de vagas para candidatos: autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com deficiência; autodeclarados pretos, pardos e indígenas; pessoas com deficiência; e demais candidatos. Os outros 50% serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita, havendo reserva de vagas para candidatos: autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com deficiência; autodeclarados pretos, pardos e indígenas; pessoas com deficiência; e demais candidatos.

- 10% reservadas aos candidatos autodeclarados pretos ou pardos;
- 5% reservadas aos candidatos autodeclarados indígenas;
- 5% reservadas aos candidatos com deficiência;
- 20% reservadas à Ampla Concorrência.

Definir políticas de inclusão para o acesso dos estudantes é um avanço para a instituição, porém, faz-se necessário desenvolver mais ações que viabilizem a permanência e o êxito dos mesmos. Ter mecanismos de acesso não garante a efetividade das políticas de inclusão. Por isso, são necessárias ações que promovam a permanência destes estudantes e o êxito na conclusão dos cursos, que são descritas nas seções posteriores.

2.1.8.2 Ações que visam a permanência: a assistência estudantil, o acompanhamento do desenvolvimento escolar e ações de combate à evasão

Assistência Estudantil

Assistência Estudantil é uma ação do Estado que busca reduzir as desigualdades sociais e assegurar o acesso, a permanência e o êxito na escola. A Assistência Estudantil como Política se concretiza por meio de programas e projetos, benefícios sociais e acompanhamento do estudante. É regulamentada pelo Decreto 7234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES determina que o atendimento ocorra aos estudantes oriundos de escola pública ou com renda per capita (por pessoa) familiar de até 1 salário mínimo e meio nacional.

No IFPR, a Assistência Estudantil se concretiza a partir dos seguintes programas: Programa de Bolsas de Inclusão Social (PBIS); Programa de Assistência Complementar ao Estudante (PACE); Programa de Auxílio a Situações Emergenciais (PRASE); Programa de Apoio à Participação em Eventos Estudantis; Programa Cultural Corporal e Programa de Monitoria.

O PBIS consiste em oportunizar aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, por meio de bolsa, o incentivo à participação em propostas acadêmicas/escolares que contribuam com a sua formação escolar.

O Programa possui como objetivos principais:

- Promover o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
- Favorecer para a permanência, inclusão e êxito escolar dos/as estudantes selecionados/as;
- Colaborar com a redução da evasão e da repetência;
- Propiciar experiência acadêmico-profissional aos/às estudantes;
- Ampliar as experiências de qualificação profissional e de responsabilidade social.

O PACE oferece apoio aos estudantes regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, para custeio parcial de despesas com alimentação, transporte e moradia, contribuindo para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão de curso.

O programa de Apoio à Participação em Eventos Estudantis destina-se a apoiar a participação de estudantes do IFPR regularmente matriculados em eventos escolares e acadêmicos, de natureza científica, cultural, política e esportiva, no território nacional, que atendam aos princípios da educação integral (formação geral, profissional e tecnológica), nos diferentes níveis de ensino.

O programa Cultural Corporal destina-se a apoiar a participação de estudantes do IFPR, por meio da concessão da Bolsa, em diversas práticas corporais, historicamente construídas e transformadas, desenvolvidas a partir de jogos, dança, esporte, lutas e ginástica, organizadas pelos Professores de Educação Física.

A Monitoria é destinada aos estudantes que possuem bom desempenho em determinada disciplina e, preferencialmente, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O monitor recebe uma bolsa para auxiliar os demais estudantes nas disciplinas do curso.

Ações de Combate à Evasão

No ano de 2012, o Campus Telêmaco Borba deu início às primeiras turmas de Ensino Médio Integrado, com os cursos Técnico em Florestas e Técnico em Mecânica. As primeiras turmas, com o currículo de 3 anos, tiveram um alto índice de evasão e retenção, o que fez com que o *campus* reavaliasse algumas questões curriculares e de acompanhamento dos egressos.

Em 2013, após discussões e estudos sobre o currículo do Ensino Médio Integrado, optou-se por alterar o currículo para 4 anos, com algumas estratégias para favorecimento da adaptação do estudante ingressante, na transição do 9º ano do Ensino Fundamental para o Ensino Médio Integrado.

Para a implantação da Licenciatura em Física (2014) houve uma preocupação quanto à evasão e o currículo foi implementado de forma a ofertar alguns componentes curriculares (exemplo: pré-cálculo) que pudessem dar base para as disciplinas tradicionalmente consideradas de maior dificuldade pelos estudantes e disponibilizar componentes curriculares relacionados à Educação desde o primeiro módulo.

Com a crescente preocupação em relação à evasão, em 2016 foi criada a Comissão de Evasão que realizou algumas reuniões em 2017 e 2018, mas não conseguiu avançar muito. Somente em 2019, foi possível avançar um pouco mais com as discussões, a comissão foi renomeada e passou a se chamar Comissão de Permanência e Êxito.

Ações voltadas à permanência e êxito são fundamentais para evitar e reduzir a evasão. Assim, as ações abaixo descritas vêm sendo realizadas desde 2013 e reformuladas sempre que necessário. No entanto, reconhece-se que houve maior efetividade no desenvolvimento delas no Ensino Médio Integrado em comparação aos cursos superiores, por se concentrarem no período noturno e atenderem prioritariamente estudantes trabalhadores.

Seguem as ações realizadas:

Antes do ingresso no IFPR

- *Mostra de cursos* – Informações sobre os cursos e carreira relacionada ao curso técnico/superior pretendido por meio de visitas orientadas no *campus*.

Essa ação visa publicizar o perfil de cada curso, para que os estudantes escolham os que estejam em consonância com suas habilidades, interesses e anseios, fazendo com que se diminua a incidência de evasão por falta de afinidade com o curso escolhido.

Momento do ingresso (matrícula) no IFPR

- *Acolhida de estudantes e familiares* – No momento da matrícula, a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis realiza uma acolhida aos estudantes e pais. As principais dúvidas dos pais são sanadas e são informados sobre a realização da primeira reunião sobre como funciona o campus, o sistema de avaliação, os horários de atendimento ao estudante e a recuperação paralela de conteúdos.

- *Questionário quanto a questões de saúde e aprendizagem* – No momento da matrícula, os pais e estudantes preenchem um questionário que tem o objetivo de identificar questões de saúde ou dificuldades/distúrbios de aprendizagem prévios. Se constatado que o estudante possui alguma deficiência, distúrbio, transtorno ou qualquer questão que necessite de atendimento educacional especializado, esse estudante é encaminhado para uma entrevista com os membros do NAPNE para levantamento de suas necessidades específicas visando oferecer todo assessoramento necessário.

Essas ações têm por objetivo criar um canal de comunicação com pais e estudantes e tirar as principais dúvidas sobre o funcionamento do Campus e os recursos disponíveis para auxiliar no processo de aprendizagem.

Cumprindo o propósito de ser uma instituição inclusiva, com base nas informações do questionário de saúde e aprendizagem, a partir de 2018 a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis passou a realizar o levantamento dos estudante com necessidades específicas e apresentar aos professores na semana

pedagógica, no início do ano letivo, proporcionando momentos de interação entre eles.

As informações dos questionários de saúde e aprendizagem são utilizadas para acompanhar a aprendizagem do estudante, sugerir participação em programas de aprimoramento e horários de atendimento. Também são importantes para acompanhar, realizar adaptações e encaminhamentos no caso de estudantes com distúrbios de aprendizagem e deficiências.

O acompanhamento dos estudantes com necessidades específicas é realizado atualmente pelas pedagogas por meio de contato mensal, ou sempre que necessário, com os estudantes e professores.

- *Disponibilização de informativo sobre a assistência estudantil* – No momento da matrícula, são apresentados os critérios para a participação nos programas de assistência estudantil e entregues informativos com as principais informações.

Como o *campus* atende uma grande parcela de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a ampla divulgação sobre a assistência estudantil e todo o aparato de auxílios financeiros contribuem para que os estudantes que mais necessitem sejam beneficiados e, portanto, exista uma diminuição da evasão por questões financeiras.

Durante a permanência do estudante:

- *Reunião informativa aos pais e estudantes* – Primeira reunião que tem como objetivo criar um vínculo entre pais e estudantes, Seção Pedagógica e Coordenadores de Curso. Os pais e estudantes do Ensino Médio Integrado são convidados a participar de uma reunião informativa, na qual há a possibilidade de conhecer o coordenador do curso, equipe pedagógica e direção. Na oportunidade, é reforçada a importância do acompanhamento dos pais em relação à frequência e desempenho dos filhos, e desenvolvimento, por parte do estudante, da responsabilidade pela postura ativa em aprender. Tudo isso contribui para que eles não desistam do curso por apresentarem baixo rendimento.

- *Ampla divulgação dos editais da assistência estudantil e acompanhamento dos estudantes contemplados* - Quando os editais da assistência

estudantil são publicados, são divulgados amplamente nas turmas, no mural físico específico da assistência estudantil, nos grupos oficiais de Whatsapp e também em todos os meios de comunicação do *campus*.

- *Acompanhamento da frequência* - Os professores são orientados a repassar à seção pedagógica o nome dos estudantes faltosos para que seja feito contato analisando a situação e realizando a devida orientação.

Nas graduações, a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis realiza esse acompanhamento em articulação com o representante de turma, coordenador do curso e professores, que informam os casos de estudantes faltosos. Em posse dessa informação, a Seção Pedagógica realiza contato com as famílias e estudantes a fim de verificar o motivo das ausências e orientar em relação às possibilidades.

Essa ação favorece a identificação de estudantes que pretendem desistir do curso, ou que estão passando por alguma dificuldade que impeça a vinda ao contexto escolar. Também é possível conscientizar estudante e família sobre a importância da frequência nas aulas para o seu bom desempenho escolar.

- *Coletivos pedagógicos Técnicos Integrados ao final de cada bimestre* - Ao final de cada bimestre é realizada uma reunião para discussão dos fatores que influenciam no processo de aprendizagem de cada estudante, bem como encaminhamentos para ajudar neste processo. A data destas reuniões é prevista em calendário, a fim de que seja possível reunir todos os professores para a discussão.

- *Reunião bimestral com representantes de turma* – no início de cada período letivo são eleitos os representantes de turma, e mensalmente a Seção Pedagógica e Coordenação de Ensino se reúne para a discussão de aspectos de melhorias de suas turmas.

A troca de informações entre estudantes, professores e equipe multiprofissional possibilita a identificação de falhas metodológicas e também a necessidade de acompanhamento e encaminhamento de estudantes. Essa ação faz com que seja possível tomar algumas medidas, antes do encerramento do ano letivo e contribuir para a não retenção e evasão de estudantes.

- *Orientações individuais aos estudantes ao final de cada bimestre* - A seção pedagógica promove conversas com os estudantes ao final de cada bimestre sobre os fatores que impactaram em seu desenvolvimento, visando contribuir para

que tenham estratégias de estudo e aprendizagem e, assim, consigam ter bons resultados.

- *Reunião com os pais, estudantes, seção pedagógica e professores* - Os pais de estudantes são convidados a participar de duas reuniões que acontecem ao longo do ano, na ocasião acontecem palestras relacionadas a temáticas de interesse dos pais e estudantes e a entrega de boletins. Dependendo de cada situação também pode ocorrer reuniões agendadas por solicitação dos pais, estudantes, professores ou seção pedagógica.

As orientações e reuniões com pais permitem identificar os fatores que estão ao alcance dos estudantes e pais e podem contribuir para um melhor desempenho no processo de aprendizagem.

- *Horários de atendimento ao estudante* – Os professores são orientados a estabelecer horários de atendimento ao estudante que sejam viáveis à participação de todas as turmas que leciona. Os horários ficam disponíveis no site e impressos no edital para estimular que o estudante procure o professor para sanar dúvidas.

- *Contato da Seção Pedagógica com estudantes e familiares que sinalizam interesse em transferir, trancar ou cancelar*: Todos os casos de transferência, trancamento ou cancelamento são enviados pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a SEPAAE que faz contato com os estudantes e familiares estimulando eles a pensar alternativas que possibilitem a permanência na instituição, a equipe procura entender os motivos da transferência, trancamento ou cancelamento e verificar as possibilidades de resolver os problemas apresentados pela família e estudante. Quando não há formas de resolver, a transferência é realizada.

Ações de preparação para o mundo do trabalho e acompanhamento de egressos

Como proposta de formação integral do estudante do IFPR, pressupõe-se que esse terá uma capacitação para além da formação técnica, que realmente o prepare para ingressar no mundo do trabalho. Atualmente, o *campus* possui ações isoladas de preparação para o mundo do trabalho, vinculadas a projetos de

extensão, ainda insuficientes para atingir todas as turmas do Ensino Médio Integrado e Educação Superior.

O Programa de Orientação Profissional tem por objetivo promover ações que possibilitem aos participantes a autorreflexão sobre as habilidades, interesses, anseios pessoais e reflexão sobre os aspectos sociais envolvidos na escolha de uma profissão, seja ela dentro do mesmo eixo do curso técnico escolhido ou de área diferente de atuação. As ações são realizadas em todas as séries do Ensino Médio Integrado. Na primeira série, os estudantes são convidados a refletir sobre a escolha do curso técnico que ingressaram, conhecer o itinerário formativo e opções de atuação que o curso pode possibilitar futuramente. Também são apresentadas informações sobre os processos seriados de ingresso às Universidades, em especial as de maior proximidade a Telêmaco Borba (UEPG, UEM e UNICENTRO).

Na segunda série, em articulação com o coordenador do curso, novas informações sobre o curso técnico escolhido, projetos e itinerário formativo são apresentadas. Na terceira série, inicia-se o processo de reflexão sobre os projeto de vida dos estudantes, no sentido de conhecer as possibilidades e promover autoconhecimento. Para as quartas séries, é ofertado o projeto de Orientação Profissional em grupo, oficina de Currículo e Busca de Oportunidades, visita à feira de profissões e ações informativas sobre ENEM, SISU, Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Anualmente o campus desenvolve alguns eventos como o SEPEX (Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação) juntamente com o IFTECH. O objetivo do SEPEX é a divulgação dos trabalhos de Pesquisa, Extensão, Inovação e TCCs em desenvolvimento no campus, além da troca de experiências entre a comunidade acadêmica. O IFTECH visa desenvolver projetos que envolvem inovação nas áreas de Automação Industrial, Mecânica, Informática e Jogos Digitais. Outro evento que também é desenvolvido anualmente desde 2017 é o SIMPODI (Simpósio sobre Diversidades) e tem como objetivo constituir um espaço de debate crítico-reflexivo para estudantes e profissionais da educação sobre os direitos humanos e sobre o respeito às diferenças.

Em relação ao acompanhamento dos egressos, no ano de 2018, houve uma comissão para acompanhamento que analisou o perfil com base nas informações

coletadas pela secretaria no momento da retirada do diploma, criou um formulário para banco de dados de informações e criou um grupo na rede social para contato mais próximo. Também houve convite aos egressos para comparecerem ao *campus* para comemoração do aniversário de 10 anos dos Institutos Federais, além de alguns que participaram de rodas de conversas com estudantes das quartas séries. Um dos objetivos da comissão era promover um evento, mas não foi possível, visto que não havia recursos específicos para isso. A comissão parou de coletar os dados dos egressos porque a Reitoria passou a fazê-lo institucionalmente.

3 ATO OPERACIONAL

No ato operacional, considerando a realidade apresentada e os conceitos explicitados, pretende-se fazer um diagnóstico de pontos que necessitam ser melhor trabalhados nos próximos anos e sugestões de ações a serem desenvolvidas, ou seja, são apresentadas as limitações do *campus* e indica-se o que é necessário operacionalizar para que a instituição avance no sentido de cumprir sua missão e valores institucionais.

A construção deste documento se deu de forma coletiva, por meio de uma comissão de elaboração que consultou toda a comunidade escolar em relação aos pontos positivos e os que ainda precisam melhorar. Entre os pontos positivos foram sinalizados a qualidade no ensino, a seção pedagógica e de assuntos estudantis, a biblioteca, os professores, a organização do tempo com 2 aulas de uma hora e intervalo de 30 minutos, os projetos, as salas de aula e seus equipamentos. Os desafios que precisam ser melhor desenvolvidos estão pontuados abaixo e encontram-se divididos em duas dimensões: Ensino, pesquisa e extensão; e Administração.

3.1 Dimensão: Ensino, pesquisa e extensão

a) Consolidação do tripé ensino-pesquisa-extensão:

- Oferecer formação aos docentes sobre o conceito dos Institutos acerca de ensino, pesquisa e extensão;
- Discutir sobre a identidade do ensino, pesquisa e extensão que o *campus* se propõe a alcançar;

- Capacitar os docentes ingressantes;
 - Desenvolver programas de formação em serviço para todos os servidores;
 - Integrar os saberes para além da organização por componentes curriculares;
 - Fortalecer a pesquisa e extensão por meio de ações sistematizadas com estudantes, docentes e comunidade;
 - Propiciar um amadurecimento quanto à identidade institucional do COPE;
 - Promover maior envolvimento dos estudante nas ações de pesquisa e extensão;
 - Melhorar a divulgação de projetos e eventos realizados no *campus*;
 - Enriquecer as ações de pesquisa e extensão previstas na organização curricular dos cursos, como uma forma de favorecer o processo ensino-aprendizagem e apropriação do conhecimento científico;
 - Estimular projetos que envolvam a comunidade e a microrregião de Telêmaco Borba.
- b) Consolidação das políticas de inclusão do IFPR:**
- Promover discussões em nível institucional sobre o papel dos NAPNES e sua atuação;
 - Consolidar o NAPNE no *campus*, por meio da maior participação de servidores;
 - Articular parcerias formais com Núcleo Regional de Ensino e Secretaria Municipal de Educação;
 - Estruturar o Atendimento Educacional Especializado no *campus*;
 - Promoção de um currículo integrado que articule ensino, pesquisa e extensão e que promova uma formação omnilateral e politécnica;
 - Criar comissões para estudo de currículos e conhecimento de propostas inovadoras;
 - Construir coletivamente propostas de novos cursos e ajustes curriculares por meio de comissões;
 - Valorizar ações mais sistematizadas que integrem os conhecimentos dos componentes curriculares;

- Promover ações mais efetivas de integração entre componentes curriculares e projetos de pesquisa e extensão, por meio de reuniões periódicas entre as áreas envolvidas;
- Organizar a distribuição dos eventos ao longo do ano;
- Propiciar que a participação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão possa ser considerada na avaliação processual, de forma mais sistematizada e descrita nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Propor ações de acompanhamento sistemático dos resultados dos processos de avaliação interna e externa, incluindo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ENEM;
- Monitorar a verticalização do ensino e efetividade da formação técnica, no ensino superior e no mundo do trabalho, mediante pesquisa junto aos egressos.

c) Processo de verticalização:

- Consolidar os cursos superiores e de pós-graduação;
- Propor novos cursos de capacitação, na modalidade Formação Inicial e Continuada, após ingresso de novos docentes do núcleo técnico/tecnológico;
- Fortalecer o Ensino Médio Integrado;
- Implantação de curso técnico na modalidade EJA dentro dos eixos mencionados.

d) Processo de avaliação no Campus da forma preconizada nos documentos institucionais:

- Oferecer regularmente momentos formativos aos servidores, para que seja possível desenvolver uma proposta mais efetiva de avaliação processual, formativa e contínua em sala de aula;
- Proporcionar momentos institucionalizados que possibilitem reflexões sobre a prática pedagógica, com o intuito de amenizar possíveis dificuldades que podem aparecer em sala de aula, como a de avaliar por conceitos;
- Criar um projeto sistematizado que propicie a maior participação dos estudantes na discussão dos processos avaliativos.

e) Acesso, permanência e êxito dos estudantes:

- Promover a discussão institucional das limitações e vantagens do formato de processo seletivo realizado e se esse atinge realmente o público prioritário;
- Estender as discussões da Comissão de Permanência e Êxito para os estudantes do Ensino Médio Integrado;
- Estruturar melhor as ações de combate a evasão em um programa institucional ou um plano de ação e divulgá-las aos estudantes;
- Melhorar a comunicação entre professores e equipe pedagógica para que se tome conhecimento dos problemas e dificuldades dos estudantes dentro de sala de aula, podendo assim atuarem em conjunto;
- Desenvolver ações integradas entre professores e equipe pedagógica;
- Estruturar e implantar o programa de prevenção ao bullying.

f) Assistência estudantil:

- Intensificar a divulgação dos programas e criar referências aos estudantes de como participar;
- Promover maior divulgação do programa de apoio à Participação em Eventos aos estudantes dos cursos de graduação;
- Propor alternativas para melhorias no Programa de Monitoria, de forma a facilitar a interação dos estudantes.

g) Inovação:

- Comissões para fomentar ações de inovação, formação de servidores na área e participação destes em eventos correlacionados;
- Ações futuras para a implantação de incubadoras tecnológicas e/ou empresas juniores.

h) Preparação para o mundo do trabalho e acompanhamento de egressos:

- Sistematizar as propostas de preparação para o mundo do trabalho, transformando-as em ações curriculares;
- Avaliar novas formas de acompanhamento dos egressos;

- Estruturar reencontros de egressos para a troca de experiências com estudantes.
- i) Gestão democrática:**
- Fortalecer o CODIC e a compreensão da comunidade escolar sobre a importância da eleição de seus representantes e acompanhamento das atividades;
 - Fortalecer o Grêmio Estudantil e Diretório Central de Estudantes;
 - Atuar permanentemente junto aos representantes de turma para a compreensão de seu papel enquanto lideranças;
 - Ampliar e definir o processo de funcionamento de comissões para que estas sejam efetivas;
 - Influir permanentemente junto aos coordenadores e chefes de seção para que tenham uma postura democrática no processo de condução de suas equipes;
 - Organizar espaços de formação política para estudantes, servidores e comunidade, a fim de despertar para o entendimento dos conceitos de democracia e gestão democrática;
 - Aproximar a instituição dos pais/responsáveis e da comunidade, mediante o aperfeiçoamento dos espaços de diálogo.
- j) Políticas de acompanhamento e capacitação de servidores:**
- Organizar os critérios e prioridades de capacitação no campus;
 - Realizar o planejamento anual de capacitação;
 - Promover mais momentos de capacitação interna para todos os servidores;
 - Incentivar a participação de todos os servidores nos momentos de capacitação.
- k) Agente de transformações sociais:**
- Reestruturar o plano estratégico do campus com a contemplação dos municípios da microrregião;

- Viabilizar propostas de ações de pesquisa e extensão que possam ser desenvolvidas na microrregião, para aumentar o impacto do campus na mudança social;
- Pensar em propostas de cursos de formação inicial e continuada que possam ser ofertados nos diferentes municípios da microrregião.

3.2 Dimensão: Administração

a) Planejamento orçamentário

- Monitoramento de demandas da unidade frente aos possíveis contingenciamentos ou complementações orçamentárias;
- Previsão de valores no QDD (Quadro de Detalhamento de Despesas) para concessão de Bolsas de Pesquisa e Extensão por editais do próprio campus;
- Reserva de recursos para manutenção de estruturas prediais considerando o crescimento do campus.

b) Recursos Humanos

- Ampliação do quadro de servidores da equipe administrativa de modo a preservar a segregação de funções conforme legislação vigente.

c) Logística

- Reimplantação do serviço de locação de veículos rodoviários a fim de possibilitar visitas técnicas e viagens de cunho didático-pedagógico;
- Melhoria nas condições de segurança da unidade (ampliação da oferta de uniformes e crachás de identificação, instalação de câmeras de segurança e unificação de entradas de acesso).

d) Infraestrutura

- Reforma do espaço do pavilhão de laboratórios;
- Implantação de fontes de energia sustentáveis como a instalação de placas fotovoltaicas na unidade;
- Urbanização e paisagismo do campus;
- Construção de novo bloco didático;

- Construção de quadra de Futebol Society;
- Cercamento do terreno do campus;
- Construção do laboratório de práticas corporais.

e) Compras e contratos

- Realização de processos licitatórios de forma descentralizada sob orientações da Reitoria e conforme legislação vigente - Limpeza, Apoio Operacional e Administrativo, Roçagem, Transporte e Obras e Serviços de Engenharia;
- Implantação de melhorias na Gestão e Fiscalização de contratos administrativos.

f) Gestão Patrimonial

- Implementação de Sistemas de gerenciamento patrimonial conforme orientações da Administração Central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualização do Projeto Político Pedagógico do *campus* Telêmaco Borba buscou retratar a escola em seu momento atual, explicitar a missão e os valores institucionais do IFPR, bem como apontar os aspectos positivos e dificuldades que impedem o *campus* Telêmaco Borba de alcançá-los. O mapeamento desse cenário institucional deu-se mediante um processo de reflexão, análise e compilação de informações com os servidores da comunidade escolar e representantes eleitos de docentes, técnicos, pais e estudantes no Conselho Dirigente do Campus.

Com a pretensão de realizar uma autocrítica institucional, foram apresentados diferentes desafios a serem vencidos nos próximos anos, que julgou-se como essenciais para o desenvolvimento da identidade da instituição.

Como um documento “vivo”, este Projeto Político Pedagógico deve ser constantemente revisitado e atualizado, a fim de que retrate fielmente a realidade escolar e para que exista o acompanhamento dos desafios propostos e que o Projeto Político Pedagógico possa sempre servir como base para um constante processo de reflexão-ação-reflexão do Campus Telêmaco Borba.

REFERÊNCIAS

ANIBAL, F. **Paraná é o terceiro estado no ranking da violência contra a mulher.** Gazeta do Povo. 07/05/2012. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-e-o-terceiro-estado-no-ranking-da-violencia-contra-a-mulher-1ykhg6lkzuahaunmr2rto9yku.>> Acesso em 05 de jun. de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012a. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/proen/images/Downloads/Legislacao/2012/resolucao6_2012.pdf. Acesso em 14 fev. 2022.

_____. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em 26 fev. 2022.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 abr. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plataforma Dataescola Brasil.** 2014. Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 20 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.** Brasília: MEC, 2014b. Disponível em: http://www.dept.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/RESOLUCOES_CEPT/2014/CATALOGO_2014.pdf. Acesso em 01 mai. 2022.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

BREMBATTI, Katia. Klabin constrói no Paraná uma das maiores fábricas de celulose do mundo. **Gazeta do Povo:** Vida e Cidadania. 10 ago. 2015. Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/klabin-constroi-no-parana-uma-da-s-maiores-fabricas-de-celulose-do-mundo-00sbhqz37qeicmkkvv3dq73ty>. Acesso em 05 de jun. de 2022.

CRUZ, R.G.P.C; Formação Omnilateral: perspectivas para o trabalho pedagógico crítico-emancipatório. In: V ANPED SUL-SEMINÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO SUL, 2004, Curitiba. **Anais...** Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/painel/painel/01_36_23_formacao_omnilateral_perspectivas_para_o_trabalho_pedagogico.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALVÃO, Maria de Lourdes. **A evolução da industrialização em Telêmaco Borba**. 2003. Monografia (Especialização em Economia do Trabalho) - Departamento de Economia, Centro de Pesquisas Econômicas - CEPEC, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/49295/Maria%20de%20Lourdes%20Galvao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jun. 2022.

GOESSLER, Danieli de Cássia Barreto. **As Trajetórias Escolares de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Instituto Federal do Paraná**. Uma Análise dos Indicadores do Censo Escolar. 2016, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=13&i=P&c=3425>>. Acesso em: 18 out. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População estimada: estimativa da população residente com data de referência 1º de julho de 2017**. Brasília, jul 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr>>. Acesso em: 18 out. 2019.

_____. **CIDADES**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/telemaco-borba/panorama>. Acesso em: 18 out. 2019.

_____. **Estimativas da população - 2019**. 01 jul. 2019. Disponível em : <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 27/11/2019.

IFPR - INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n. 06/2009**. Processo Seletivo para ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e Subsequentes (pós-médio), para os Campi Assis Chateaubriand, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Londrina, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama, ofertados para o ano de 2010. Curitiba, 05 out. 2009. 2009.

_____. **Edital n. 05/2014.** Processo Seletivo IFPR 2015 para ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, por meio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina (FAUEL), na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2015. Curitiba, 17 set. 2014. 2014a.

_____. **Edital n. 06/2014.** Processo Seletivo IFPR 2015 para ingresso nos Cursos Superiores, por meio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina (FAUEL), na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2015. Curitiba, 17 set. 2014. 2014b.

_____. **Edital n. 20/2015.** Processo Seletivo IFPR 2016 para ingresso nos Cursos de Graduação, na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2016. Curitiba, 09 set. 2015. 2015a.

_____. **Edital n. 21/2015.** Processo Seletivo IFPR 2016 para ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2016. Curitiba, 09 set. 2015. 2015b.

_____. **Edital nº 06/2012.** Processo Seletivo para ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio e nos Cursos Superiores, na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2013. Curitiba, 01 out. 2012. 2012.

_____. **Edital nº 10/2013.** Processo Seletivo IFPR 2014 para ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio e nos Cursos Superiores, na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2014. Curitiba, 12 jul. 2013. 2013.

_____. **Edital nº19/2010.** Processo Seletivo para ingresso nos cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes dos *campi* Assis Chateaubriand Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Londrina, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama, ofertados para o ano de 2011. Curitiba, 08. Out. 2010. 2010

_____. **Edital nº72/2011.** Processo Seletivo para ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, nas modalidades Integrado, Concomitante e Subsequente, para os Câmpus Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Londrina, Jacarezinho, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama, ofertados para o ano de 2012. Curitiba, 07 out. 2011. 2011.

_____. **Manual de Competências.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Portaria nº 592, de 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/mc-592-210525.pdf> Acesso em 13 jul. 2022.

_____. Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação. **Nota técnica 01/2017 - PROEPI/IFPR.** Curitiba: Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação, 24 mar. 2017. Disponível em:

<https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Orientador-COPE.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFPR - 2019- 2023**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, dez. 2018. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Versao-Consup-2019.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.

INOVAÇÃO. In: DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inova%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em 25 jun. 2022.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Bases de Dados do Estado - BDEweb**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em 18 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População estimada**: estimativa da população residente com data de referência 1º de julho de 2017. Brasília, jul 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Caderno Estatístico de Telêmaco Borba**. 2019. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84260>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

KÖNIG, M. **A boa mãe de Telêmaco**. Gazeta do Povo: Vida e Cidadania. 20/11/2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/retratos-parana/a-boa-mae-de-telemaco-af3gbjtqifi5t4hbmhr8htrv2>. Acesso em 05 de jun. de 2022.

LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm> Acesso em: 18 de maio de 2022.

MAPBIOMAS. **Coverage**. Disponível em: <<http://plataforma.mapbiomas.org/map#coverage>>. Acesso em: 23 maio 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatório de Informações Sociais**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em 18 jun. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relação anual de informações sociais - RAIS 2017**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em 18 abr. 2017.

NEVES, S.C. A produção omnilateral do homem na perspectiva marxista: a educação e o trabalho. In: **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 2009, Curitiba. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3581_2062.pdf . Acesso em 10 jan. 2022.

PACHECO, E.; MORIGI, V. Uma proposta em afirmação. **Revista Pátio – Ensino Médio, Profissional e Tecnológico**. Porto Alegre: Artmed. n. 27, dezembro, 2015.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 18 de jun. 2022.

_____. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2016b Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DHHome. Acesso em 01 de abr. 2022.

RESOLUÇÃO Nº 50 DE 14 DE JULHO DE 2017. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-50-de-14-de-julho-de-2017/> Acesso em: 16 de jun. de 2022.

ROSOLEM, Loretta Derbli Durães da Luz; VICENTINI, Cleverton Juliano Alves. Flexibilização curricular e transtorno do espectro autista: NAPNE e codocência para a permanência e o êxito na educação profissional, científica e tecnológica. **Revista Transmutare**. Curitiba, v. 5, 2020, p. 1-17. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/12919/8209>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. Consulta Escolas. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/paginas/ensinoEscola/consultasEnsino.jsf?windowId=59b>. Acesso em 18 abr. 2022.

SEN, Amarthya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução. Laura Teixeira Motta. Revisão técnica. Ricardo Doninelli Mendes. 8º reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

TAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência**: Mortes Matadas por Arma de Fogo. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude. 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em 05 de jun. de 2022.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: Editora SENAC, 2006. (Série Meio Ambiente, 5).